



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

PREGÃO ELETRÔNICO

90003/2026

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

UASG 926349

OBJETO

Prestação de serviços especializados de agenciamento de viagens para o CREFITO-8

VALOR DA TAXA DE AGENCIAMENTO

R\$ 13,44 (treze reais e quarenta e quatro centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA E LOCAL

Dia 19 de maio de 2026, às 08 h (Horário de Brasília)

www.gov.br/compras

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço

MODO DE DISPUTA

Aberto

PREFERÊNCIA ME / EPP / EQUIPARADAS

Sim



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª
REGIÃO – CREFITO-8**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

Processo de Licitação Administrativo SEI nº 08.0816.000068/2026-81

Torna-se público que o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região – CREFITO-8, sediado na Rua Padre Germano Mayer, 2272, Hugo Lange, Curitiba / PR, por meio do Departamento de Licitações e Contratos, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133 de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a emissão, alteração, cancelamento e reembolso de passagens aéreas nacionais e internacionais, emissão de passagens rodoviárias, intermediação de locações de veículos em caráter substitutivo (quando devidamente justificado), bem como a intermediação de hospedagens, conforme termo de referência.

1.2. O critério de julgamento adotado será de **menor taxa de administração**, observadas as exigências contidas neste edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento do SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item 2.1 e, mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que tornem desatualizados.

2.3.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.4. Poderão participar do certame empresas enquadradas nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.4.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ
realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresas de pequeno porte.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16, da Lei nº 14.133/2021, para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 8.358/2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248/1991 e do art. 8º do Decreto nº 7.174 de 2010.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos.

2.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

2.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele necessários.

2.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

2.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

2.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

2.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante.

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição.

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição ou outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, da execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviços que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 entende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

3.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição.

3.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

3.3.4. Cumpre as exigências da reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006,



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observando o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

3.5.1. No item para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

3.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade na declaração de que trata os itens acima, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo, quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

3.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitando o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

3.11.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, e posterior envio do Anexo IV – Termo de Proposta, informando os seguintes campos:

4.1.1. Valor da taxa de agenciamento;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. Serão admitidas taxas de valor igual a zero ou negativas.

4.3. A disputa refere-se a **MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO**, sendo na proposta, contemplado o valor para os demais custos, admissíveis na prestação dos serviços.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a microempresa e a empresa de pequeno porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será interior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

4.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 3.8.

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados, pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa de competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$0,1 (um centavo)**.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Sendo adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa dos lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa dos lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.535/2015.

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Será assegurado o direito de preferência previsto no art. 3º da Lei nº 8.248/1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174/2010.

5.19.1. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174/2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

5.21.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.3. A negociação será realizada **SOMENTE** por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **04 (quatro) horas úteis**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ
negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF.

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis).

6.1.3. Cadastro nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

6.3. Caso conste na consulta de situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude, por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME / EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3 e 4 deste Edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e seus anexos, observado o disposto no art. 29 a 35 da IN SEGES nº 73 de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. Contiver vícios insanáveis.

6.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

6.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para contratação.

6.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

6.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas, valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta.

6.8.1.2. Inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha de custos e formação de preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.12. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.13. Considera-se erro no preenchimento da planilha, passível de correção, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.14. Para fins de análise da proposta, quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.19. Se a amostra apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da amostra e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no país, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresas estrangeiras que não funcionem no país, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no país e apostilados nos termos dispostos no Decreto nº 8.660 de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcios de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitidos por órgãos ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da Lei nº 14.133/21.

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes da data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **04 (quatro) horas úteis**, contado da solicitação do pregoeiro.

7.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem no Termo de Referência, somente serão exigidos em qualquer caso, no momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para Lei nº 14.133/21 e IN 73/2022.

7.14.1. Complementação de informações acerca dos documento já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

7.14.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recolhimento das propostas.

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observando os prazos nele descritos.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recursos referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

a) A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

b) O prazo para manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

c) O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou,



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ
nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Sede do CREFITO-8.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame.

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.

9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.

9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.

9.1.2.4. Deixar de apresentar amostra.

9.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital.

9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

9.1.3.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

9.1.5. Fraudar a licitação.

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a Lei.

9.1.6.2. Induzir deliberadamente ao erro no julgamento.

9.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e / ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. Advertência.

9.2.2. Multa.

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto.

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73/2022.

9.10. A apuração de responsabilidade, relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data de intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ
à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidades na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até **03 (três) dias úteis** antes da data de abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial, no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: dlc@crefito8.gov.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão o horário de Brasília – DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico: www.crefito8.gov.br.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Termo de Referência;
- b) Anexo II – Estudo Técnico Preliminar de Contratação;
- c) Anexo III – Minuta de Contrato;
- d) Anexo IV – Termo de proposta.

Dra. Monica Mello de Macedo Ignácio
Vice - Presidente



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

TERMO DE REFERÊNCIA – AGENCIAMENTO DE VIAGENS

PLA 925

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a emissão, alteração, cancelamento e reembolso de passagens aéreas nacionais e internacionais, emissão de passagens rodoviárias, intermediação de locações de veículos em caráter substitutivo (quando devidamente justificado), bem como a intermediação de hospedagens, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATSER	Unidade	Quantidade Estimada (12 meses)	Valor Unitário (R\$)	Valor Total anual (R\$)
1	Repasse por Passagem	3719	Serviço	131	13,44	1.761,95

1.2 A disputa entre as licitantes será baseada exclusivamente no **Repasse por Passagem (Item 3)**, que constitui a remuneração da contratada por cada passagem efetuada.

1.3 As quantidades e os valores definidos possuem natureza estimativa e, portanto, não conferem à futura contratada o direito subjetivo à sua utilização na integralidade, sendo a remuneração devida exclusivamente pelos serviços efetivamente demandados e prestados.

1.4 O critério de disputa será o MENOR PREÇO, observadas as regras a seguir:

1.4.1 Para fins de avaliação, será considerada a proposta que apresentar o menor preço de Repasse por Passagem a ser concedido ao CREFITO-8.

1.5 O serviço é classificado como contínuo, nos termos do art. 6º, XV, da Lei nº 14.133/2021.

1.6 O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, prorrogável por iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.7 A gestão e fiscalização do contrato será exercida por agentes designados pelo CREFITO-8, responsáveis pelo acompanhamento da execução, verificação da conformidade e atesto das faturas.

1.8 O pagamento será efetuado mensalmente, com base nos serviços efetivamente prestados, devidamente comprovados e atestados, conforme regras detalhadas em itens posteriores.

1.9 As despesas relativas às hospedagens tratadas no Item 2.2 serão integralmente pagas diretamente pelo beneficiário, no ato da reserva, observando-se as condições de pagamento informadas pela



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

licitante. A contratada limitar-se-á à intermediação (pesquisa, apresentação de opções e apoio à reserva), não havendo qualquer pagamento, adiantamento ou reembolso por parte do CREFITO-8.

1.10 O descumprimento das condições estabelecidas sujeitará a contratada às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

2.1 Agenciamento de Viagens

A contratação deverá contemplar os seguintes serviços:

2.1.1 Emissão e Gestão de Passagens: cotação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento e alteração de passagens aéreas nacionais e rodoviárias;

2.1.2 Identificação de voos e linhas rodoviárias com menor tempo de deslocamento e melhor custo-benefício;

2.1.3 Disponibilização de passagens em diferentes categorias tarifárias, conforme a Instrução Normativa CREFITO-8- nº 01.2024.

2.2 Hospedagem e Locação de Veículos

2.2.1 Intermediação obrigatória de hospedagem que atenda a padrões mínimos definidos, com classificação mínima de 3 estrelas conforme o Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass), ou, na ausência de classificação formal, que demonstre padrão equivalente em estrutura, conforto e serviços, **observando, sempre que possível, critérios de sustentabilidade**, como certificações ambientais, práticas de eficiência energética, gestão de resíduos e uso racional de recursos naturais, salvo em casos específicos mediante solicitação do CREFITO-8;

2.2.2 Locação de veículos para uso em destino, com preferência para modelos econômicos, assistência 24 horas e cobertura de seguro contra acidentes e terceiros, garantindo maior segurança e tranquilidade ao deslocamento.

2.2.2.1 Hipótese excepcional do item 1.2.1 (locação em substituição à passagem rodoviária, com justificativa formal): a contratada realizará a intermediação e o pagamento será efetuado pelo CREFITO-8, mediante documentação fiscal e atesto do fiscal do contrato.

2.2.2.2 Demais hipóteses: a contratada apenas intermediará (pesquisa, apresentação de opções e apoio à reserva), e o pagamento será realizado pelo beneficiário com recursos de diárias/reembolso, nos termos da Resolução CREFITO-8 nº 116/2024.

2.3 Atendimento e Suporte

2.3.1 Atendimento remoto via sistema online, telefone, e-mail e aplicativo de mensagens (WhatsApp);

2.3.2 Suporte emergencial 24 horas, incluindo fins de semana e feriados.

2.4 Emissão de Documentos



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

2.4.1 A contratada deverá emitir e disponibilizar, preferencialmente em formato digital: **bilhetes de passagens** (quando aplicável), **comprovantes de reserva de hospedagem**, **comprovantes de locação** e demais **documentos operacionais**, conforme o caso.

2.5 Relatórios gerenciais

2.5.1 Relatórios mensais consolidados de viagens realizadas, gastos, cancelamentos, alterações e deslocamentos terrestres;

2.5.2 Detalhamento de passagens emitidas, valores unitários e totais, além de informações sobre hospedagens e locações intermediadas.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 Fundamentação

3.1.1 A contratação dos serviços de agenciamento de viagens para o CREFITO-8 justifica-se pela necessidade de otimização e centralização da gestão de deslocamentos institucionais, visando garantir maior previsibilidade, economicidade e eficiência nas atividades do Conselho. A ausência de uma solução integrada e especializada tem gerado dificuldades operacionais, impactando diretamente a capacidade de planejamento e o cumprimento de agendas institucionais.

3.1.2 O modelo atual, que envolve aquisições avulsas e organização descentralizada dos deslocamentos, demonstrou ser ineficiente, aumentando custos operacionais e dificultando o controle orçamentário. Nesse contexto, a adoção de um serviço especializado de agenciamento de viagens permitirá ao CREFITO-8:

3.1.2.1 Centralizar as operações de emissão de passagens aéreas e rodoviárias, hospedagens e locações de veículos;

3.1.2.2 Garantir agilidade em alterações de itinerários e suporte emergencial 24 horas;

3.1.2.3 Obter melhores condições de mercado através de cotações amplas e negociações especializadas;

3.1.2.4 Assegurar total conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

3.2 Descrição da Necessidade

3.2.1 A contratação visa atender às demandas de deslocamento de diretores, conselheiros, colaboradores, empregados e demais representantes do CREFITO-8, tanto no âmbito estadual (Paraná) quanto em outras localidades do território nacional. As principais necessidades identificadas incluem:

3.2.1.1 Participação em reuniões, eventos técnicos, atividades políticas e administrativas de interesse do Conselho;

3.2.1.2 Deslocamentos estratégicos para articulações políticas e representações institucionais;



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

3.2.1.3 Hospedagens e locações de veículos em localidades específicas para apoio às atividades institucionais;

3.2.1.4 Gerenciamento completo das viagens, com relatórios gerenciais periódicos para controle e auditoria dos custos e das operações realizadas.

3.2.2 A solução integrada permitirá maior previsibilidade das ações e um controle financeiro mais eficaz, além de reduzir a sobrecarga administrativa e os riscos operacionais relacionados à descentralização das contratações.

3.3 Conformidade Legal

3.1.1 A execução dos serviços deverá atender integralmente aos requisitos estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, garantindo conformidade nos processos de aquisição pública. Além disso, o tratamento de dados pessoais em operações de reserva e emissão de passagens deve estar de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei nº 13.709/2018), assegurando proteção aos dados dos representantes e empregados do CREFITO-8.

3.4 Benefícios Esperados

A contratação desta solução visa assegurar:

3.4.1 Redução de custos operacionais através de gestão centralizada;

3.4.2 Maior eficiência no planejamento e controle de viagens;

3.4.3 Melhoria no atendimento a eventos e compromissos institucionais;

3.4.4 Otimização no uso de recursos financeiros, com cotações amplas e acesso a melhores condições de mercado;

3.4.5 Transparência e eficiência nos processos de contratação e execução dos serviços.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 REQUISITOS TÉCNICOS

4.1.1 A empresa contratada deverá prestar os seguintes serviços de agenciamento de viagens, conforme as necessidades do CREFITO-8:

4.1.1.1 Cotação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento e alteração de passagens aéreas nacionais, rodoviárias e, pontualmente, passagens aéreas internacionais:

- a) A cotação deverá contemplar, no mínimo, três preços distintos para cada trajeto solicitado, visando assegurar a melhor relação custo-benefício para o CREFITO-8. As solicitações de cotação deverão ser encaminhadas pelo fiscal de contrato designado;
- b) Na hipótese de indisponibilidade de, no mínimo, três opções de preços para o trecho solicitado, a empresa contratada deverá apresentar justificativa formal na cotação, especificando os motivos da limitação. O recebimento desta justificativa caberá ao fiscal de contrato designado;



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

c) As reservas e emissões serão realizadas de acordo com as solicitações do fiscal de contrato designado;

d) As remarcações, cancelamentos e alterações somente poderão ser executadas mediante solicitação expressa do fiscal de contrato designado, assegurando transparência no processo e comunicação imediata ao solicitante.

4.1.1.2 Intermediação de hospedagens e locações de veículos nas localidades de destino, quando solicitado.

a) A intermediação deverá incluir a pesquisa de, no mínimo, três opções de hospedagem e locação de veículos, considerando critérios de proximidade ao ponto de referência da viagem, custo-benefício, e disponibilidade de serviços essenciais como Wi-Fi e café da manhã, sempre mediante solicitação do fiscal de contrato.

b) Na hipótese de indisponibilidade de, no mínimo, três opções de hospedagem para o destino solicitado, a empresa contratada deverá apresentar justificativa formal na cotação, especificando os motivos da limitação, que deverá ser recebida e validada pelo fiscal de contrato.

c) O processo deverá ser realizado com transparência e comunicado ao fiscal de contrato para validação.

4.1.1.3 Suporte operacional para adequação de rotas, horários, conexões e tarifas, visando a melhor relação custo-benefício.

4.1.2 Os serviços deverão assegurar:

4.1.2.1 Atendimento remoto multicanal, incluindo telefone, e-mail e WhatsApp;

4.1.2.2 Capacidade para emitir bilhetes, vouchers e documentos preferencialmente em formato digital. Os bilhetes deverão ser enviados diretamente para a pessoa que realizará a viagem, com cópia para o fiscal de contrato, garantindo a comunicação simultânea e evitando falhas de informação;

4.1.2.3 Consulta em tempo real do status das reservas por meio dos canais de atendimento disponíveis;

4.1.2.4 Atendimento humanizado e personalizado, facilitando a gestão das alterações e cancelamentos;

4.1.2.5 Envio de comprovantes e documentos digitalizados ao fiscal de contrato para controle e auditoria, no prazo **máximo de 24 (vinte e quatro) horas úteis** após a emissão da passagem, confirmação de hospedagem ou locação de veículo.

4.1.3 A contratada deverá apresentar relatórios gerenciais mensais personalizados, contendo:

4.1.3.1 Número de passagens emitidas;

4.1.3.2 Valores unitários e totais das passagens;



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

- 4.1.3.3** Trechos viajados;
- 4.1.3.4** Conexões realizadas em viagens aéreas;
- 4.1.3.5** Tempo de viagens;
- 4.1.3.6** Identificação dos viajantes;
- 4.1.3.7** Cancelamentos e remarcações realizadas;
- 4.1.3.8** Informações sobre hospedagens e locações intermediadas (quando aplicável).
- 4.1.3.9** Indicadores de performance e qualidade do atendimento, contemplando, no mínimo: tempo médio de resposta às solicitações, cumprimento de prazos para emissão e alterações, índice de resolução no primeiro contato, tempo médio para solução de demandas urgentes, percentual de solicitações atendidas no prazo e grau de satisfação dos usuários.

4.2 REQUISITOS OPERACIONAIS

4.2.1 A execução dos serviços deverá obedecer aos seguintes critérios operacionais:

- 4.2.1.1** Atendimento remoto durante o horário comercial, para consultas e cotações;
- 4.2.1.2** Atendimento emergencial 24 horas por dia, para alterações de última hora e suporte emergencial;
- 4.2.1.3** Envio de notificações automáticas aos responsáveis, via Whatsapp, informando status das viagens, alterações e cancelamentos;
- 4.2.1.4** Documentação digital de bilhetes e comprovantes para facilitar o acesso e o armazenamento seguro.

4.3.1 A contratação deverá observar integralmente os seguintes normativos legais:

- 4.3.1.1** Lei nº 14.133/2021 — Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- 4.3.1.2** Instrução Normativa CREFITO-8- nº 01.2024, sobre concessão de passagens e serviços de transporte;
- 4.3.1.3** Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018).

4.4 REQUISITOS TEMPORAIS

4.4.1 Prazos de Entrega e Atendimento:

- 4.4.1.1** Cotação de preços: até 2 (duas) horas úteis após a solicitação;
- 4.4.1.2** Reserva e emissão de bilhetes: até 2 (duas) horas úteis após a escolha da opção;
- 4.4.1.3** Atendimento emergencial: 24 horas por dia, incluindo fins de semana e feriados.

4.5. REQUISITOS DE IMPLANTAÇÃO

4.5.1 A implantação dos serviços de agenciamento deverá incluir:

- 4.5.1.1** Treinamento inicial para os responsáveis designados pelo CREFITO-8, incluindo capacitação para operação do sistema de atendimento e emissão de relatórios gerenciais;
- 4.5.1.2** Suporte técnico especializado durante o período inicial de adaptação (30 dias), com acompanhamento intensivo;



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

4.5.1.3 Homologação técnica dos processos de atendimento e integração com o ambiente administrativo do CREFITO-8;

4.5.1.4 Testes operacionais para validar as etapas de cotação, reserva e emissão.

4.6 SUBCONTRATAÇÃO

4.6.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.7 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.7.1 A contratada deverá garantir a qualidade dos serviços prestados durante todo o período contratual, assegurando:

4.7.1.1 Disponibilidade de suporte especializado para atender a emergências e correções necessárias;

4.7.1.2 Acompanhamento contínuo dos serviços prestados, com emissão de relatórios periódicos;

4.7.1.3 Revisões periódicas de conformidade, garantindo que todas as operações estejam alinhadas às normas legais vigentes;

4.7.1.4 Garantia de confidencialidade das informações dos usuários, em conformidade com a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados);

4.7.1.5 Disponibilização de canais de atendimento exclusivos para comunicação rápida e eficiente com o CREFITO-8.

4.8 REQUISITOS DE MITIGAÇÃO DE RISCOS

4.8.1. A empresa contratada deverá observar as seguintes práticas para mitigação de riscos operacionais:

4.8.1.1 A empresa contratada não poderá emitir passagens em categorias superiores sem autorização prévia do fiscal de contrato;

4.8.1.2 Em casos de remarcação de voos, os valores não poderão exceder os acordados inicialmente, salvo autorização expressa;

4.8.1.3 As reservas de hospedagem não poderão ser canceladas sem aviso prévio formal ao fiscal de contrato;

4.8.1.4 A contratada deverá comunicar qualquer alteração em itinerários ou mudanças de horário ao fiscal de contrato do CREFITO-8 e à pessoa que realizará a viagem, prazo de até 2 horas a contar da ciência da alteração, para mudanças que ocorram no mesmo dia ou na véspera da viagem, e prazo de até 6 horas úteis para alterações que ocorram com mais antecedência, preferencialmente via WhatsApp ou E-mail, assegurando comunicação simultânea, rastreável e tempestiva;

4.8.1.5 Os valores cobrados nas notas fiscais deverão ser exatamente os mesmos das cotações aprovadas pelo CREFITO-8;



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

- 4.8.1.6** Hospedagens intermediadas devem atender aos requisitos de qualidade em segurança, limpeza e localização estratégica;
- 4.8.1.7** Os veículos locados deverão atender aos requisitos de segurança e conservação estabelecidos;
- 4.8.1.8** É proibida a emissão de bilhetes em nome de terceiros sem a devida autorização;
- 4.8.1.9** Relatórios gerenciais deverão ser entregues pontualmente, de forma mensal, ao fiscal de contrato via e-mail;
- 4.8.1.10** Todas as intermediações de hospedagem devem especificar a presença de Wi-Fi, café da manhã e a distância até o local de destino;
- 4.8.1.11** Os prazos para cotações e reservas emergenciais devem ser respeitados rigorosamente;
- 4.8.1.12** Em casos de hospedagens, deve-se garantir proximidade ao local de interesse;
- 4.8.1.13** Canais de atendimento (telefone, WhatsApp e e-mail) devem estar disponíveis durante todo o horário comercial;
- 4.8.1.14** Os relatórios devem ser claros, padronizados e detalhados para auditoria;
- 4.8.1.15** Comprovantes de reserva devem ser claros e legíveis, sem rasuras ou informações faltantes;
- 4.8.1.16** As notas fiscais devem ser entregues dentro dos prazos estabelecidos para pagamento;
- 4.8.1.17** Deve haver backup seguro das informações em caso de perda de dados;
- 4.8.1.18** As informações dos relatórios devem estar em conformidade com as notas fiscais emitidas;
- 4.8.1.19** O suporte técnico deve estar disponível para resolução de problemas no acesso aos vouchers e bilhetes;
- 4.8.1.20** Toda alteração feita nas reservas deve ser documentada e comunicada formalmente ao solicitante via e-mail do fiscal de contrato;
- 4.8.1.21** Os veículos locados devem oferecer assistência 24h em caso de emergências.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1 SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1.1** Nomear Gestor e Fiscais Técnicos do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços contratados;
- 5.1.2** Definir as necessidades de agenciamento de viagens e encaminhar as solicitações de reservas, emissões, cancelamentos e alterações de passagens, hospedagens e locações de veículos à contratada por meio de Ordem de Serviço, conforme os critérios estabelecidos no Termo de Referência;



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

5.1.3 Receber o objeto fornecido pela contratada, verificando a conformidade com os requisitos do Termo de Referência;

5.1.4 Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

5.1.5 Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos estabelecidos em contrato, após a apresentação da nota fiscal eletrônica acompanhada do relatório mensal de execução dos serviços, e mediante o atesto formal do Gestor do Contrato, que confirmará a conformidade dos serviços com as ordens emitidas e com os critérios definidos no Termo de Referência.

5.1.6 Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas à execução dos serviços;

5.1.7 Monitorar e atestar a execução dos serviços prestados, garantindo o cumprimento dos prazos e da qualidade contratada;

5.1.8 Aprovar os relatórios gerenciais mensais apresentados pela contratada, incluindo número de passagens emitidas, hospedagens e locações intermediadas;

5.1.9 Fiscalizar a execução contratual, observando o cumprimento das cláusulas estabelecidas, os prazos de entrega e a qualidade dos serviços prestados;

5.1.10 Validar a conformidade dos documentos fiscais para fins de pagamento;

5.1.11 Solicitar formalmente as remarcações, cancelamentos e alterações de itinerários, quando necessário;

5.1.12 Garantir a comunicação clara e objetiva com a contratada, informando com antecedência sobre alterações e novas demandas.

5.2 SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.2.1 Indicar formalmente um preposto apto a representá-la junto ao CREFITO-8, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2 Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3 Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual;

5.2.4 Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5 Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação apresentadas no processo licitatório;

5.2.6 Fazer a transição contratual, quando for o caso, de forma organizada e transparente;

5.2.7 Realizar as cotações de passagens, hospedagens e locações de veículos, apresentando, no mínimo, três opções de preços para cada solicitação, salvo justificativas formais;

5.2.8 Proceder com reservas, emissões, remarcações, cancelamentos e alterações de itinerários, mediante autorização expressa do CREFITO-8;



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

5.2.9 Emitir bilhetes, vouchers e documentos comprobatórios preferencialmente em formato digital, encaminhando ao viajante e ao representante designado pelo CREFITO-8;

5.2.10 Garantir atendimento remoto multicanal durante o horário comercial e suporte emergencial 24 horas;

5.2.11 Emitir relatórios gerenciais mensais personalizados, contendo número de passagens emitidas, valores, cancelamentos, alterações e informações sobre hospedagens e locações;

5.2.12 Manter total confidencialidade sobre as informações dos viajantes, em conformidade com a LGPD (Lei nº 13.709/2018);

5.2.13 Disponibilizar suporte técnico para resolução de problemas, conforme os requisitos de tempo de resposta estabelecidos;

5.2.14 Assegurar que as intermediações de hospedagens e locações de veículos sejam realizadas com, no mínimo, três opções de cotação, e enviar justificativa formal quando não houver disponibilidade;

5.2.15 Enviar os bilhetes e comprovantes de reserva de hospedagem diretamente ao passageiro, com cópia para o representante do CREFITO-8.

5.2.16 Enviar os comprovantes de reserva de hospedagem diretamente ao hóspede, com cópia para o representante do CREFITO-8;

5.2.17 Enviar os comprovantes de locação de veículos diretamente ao locatário, quando necessário, com cópia para o representante do CREFITO-8.

5.2.18 Fazer a transição contratual, quando for o caso.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. ESTRUTURA OPERACIONAL

6.1.1 A execução do objeto será realizada de forma planejada, controlada e fiscalizada, garantindo o cumprimento dos requisitos previstos no Termo de Referência e a eficiência no atendimento das demandas do CREFITO-8.

6.1.2 A empresa contratada deverá dispor de uma estrutura adequada para atender às solicitações, incluindo equipe capacitada, canais de atendimento multicanal (telefone, e-mail e WhatsApp) e mecanismos de controle de reserva, alteração e cancelamento de serviços.

6.1.3 A execução do contrato será acompanhada pelo fiscal de contrato designado pelo CREFITO-8, responsável por monitorar os prazos, a qualidade dos serviços prestados e a entrega dos comprovantes exigidos neste Termo de Referência.

6.2. ETAPAS DE EXECUÇÃO

6.2.1 Solicitação de Serviços

6.2.1.1 As demandas para passagens, hospedagens e locações de veículos serão formalizadas pelo fiscal de contrato por meio de Ordem de Serviço (OS), contendo as especificações necessárias (destino, datas, quantidade de pessoas, justificativa e centro de custo responsável).



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

6.2.1.2 A OS deverá ser encaminhada à contratada, via e-mail, com antecedência mínima de 48 horas para voos nacionais e 72 horas para voos internacionais, salvo em casos emergenciais.

6.2.1.3 A OS deverá conter os dados completos dos viajantes, incluindo data de nascimento, CPF, contatos para emergência e informações adicionais necessárias para reserva.

6.2.1.4 Antecedência mínima para reservas: A proposta de afastamento e a respectiva Ordem de Serviço deverão ser formalizadas em tempo hábil a garantir que a reserva dos trechos ocorra com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data prevista de partida, nos termos do art. 14º parágrafo 1º da Instrução Normativa nº 3/2015.

6.2.2 Cotação de Preços

6.2.2.1 A contratada deverá realizar a cotação em até **2 (duas) horas úteis** após o recebimento da Ordem de Serviço ou solicitação formal, apresentando, no mínimo, três opções de preços para cada serviço solicitado (passagens, hospedagens e locações).

6.2.2.2 As cotações deverão ser enviadas ao **fiscal de contrato do CREFITO-8 por e-mail institucional**, com todos os detalhes especificados (datas, horários, fornecedores, tarifas, taxas e condições aplicáveis), assegurando rastreabilidade e clareza na tomada de decisão.

6.2.2.3 As cotações devem incluir detalhes como datas, horários, companhias aéreas, categorias de hospedagem e locadoras de veículos.

6.2.2.4 Caso não haja três opções disponíveis, uma justificativa formal deverá ser apresentada, especificando os motivos da limitação.

6.2.3 Validação e Autorização

6.2.3.1 O CREFITO-8 realizará a análise das cotações e autorizará a emissão através de confirmação formal (e-mail, aplicativo de mensagens ou sistema interno), indicando a escolha aprovada.

6.2.3.2 A contratada deverá confirmar o recebimento da autorização em até 1 (uma) hora.

6.2.3.3 A emissão sem a devida autorização do CREFITO-8 será considerada inválida e sujeita a sanções.

6.2.4 Emissão de Bilhetes e Documentos

6.2.4.1 A contratada deverá emitir os bilhetes, comprovantes de reserva de hospedagem e comprovantes de locação em até 2 (duas) horas úteis após a autorização do CREFITO-8.

6.2.4.2 Os documentos emitidos pela contratada devem ser enviados diretamente ao viajante, com cópia para o fiscal de contrato do CREFITO-8.

6.2.4.3 Os comprovantes de reserva deverão ser claros, legíveis e conter todas as informações necessárias (datas, horários, conexões, locais de embarque e desembarque).

6.2.5 Alterações e Cancelamentos

6.2.5.1 Alterações e cancelamentos só poderão ser realizados mediante solicitação formal do fiscal de contrato.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

6.2.5.2 Em casos de alterações, a contratada deverá apresentar novas cotações para análise antes da execução.

6.2.5.3 Cancelamentos não autorizados formalmente serão considerados inválidos e de responsabilidade exclusiva da contratada.

6.2.5.4 A contratada deverá comunicar em até 1 (uma) hora útil, via Whatsapp ou E-mail, ao fiscal de contrato, a confirmação de cancelamentos e alterações ao CREFITO-8.

6.2.6 Monitoramento da Execução

6.2.6.1 O fiscal de contrato monitorará em tempo real o status das reservas, emissões, alterações e cancelamentos, validando os comprovantes e notificando irregularidades encontradas.

6.2.6.2 Relatórios mensais serão apresentados pela contratada, contendo detalhes dos serviços prestados, valores correspondentes, locais de hospedagem e categorias dos veículos locados.

6.2.7 Atendimento Emergencial

6.2.7.1 A contratada deverá disponibilizar atendimento emergencial 24 horas por dia, incluindo finais de semana e feriados, para suportar alterações de última hora e situações imprevistas.

6.2.7.2 O suporte emergencial deverá incluir canais de atendimento rápido, com resposta em até 30 minutos para situações críticas.

6.3. COMUNICAÇÃO E RELATÓRIOS

6.3.1 Comunicação Formal

6.3.1.1 Todas as solicitações, autorizações, alterações e cancelamentos deverão ser formalizados por escrito, garantindo rastreamento das operações realizadas.

6.3.1.2 A comunicação deve ser clara, objetiva e registrada em sistemas eletrônicos para fácil consulta e auditoria.

6.3.2 Relatórios Gerenciais

6.3.2.1 A contratada deverá apresentar relatórios mensais com o detalhamento dos serviços prestados, incluindo:

- a) Número de passagens emitidas;
- b) Trechos e destinos;
- c) Nome dos viajantes;
- d) Valores unitários e totais;
- e) Cancelamentos e alterações (quando aplicável);
- f) Informações sobre hospedagens intermediadas;
- g) Informações sobre locações de veículos intermediadas.

6.3.3 Análise de Conformidade



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

6.3.3.1 O fiscal de contrato deverá realizar a análise dos relatórios, verificando a conformidade dos serviços prestados em relação aos valores faturados e à qualidade exigida.

6.3.3.2 Irregularidades deverão ser reportadas formalmente à contratada para correção imediata.

6.3.3.3 Divergências não corrigidas no prazo estabelecido estarão sujeitas a penalidades previstas em contrato.

6.3.4 Soluções Digitais

6.3.4.1 A contratada deverá disponibilizar ferramentas digitais avançadas para gestão dos serviços, incluindo aplicativos móveis e plataformas online para acompanhamento em tempo real.

6.3.4.2 As soluções digitais deverão permitir rastreabilidade das operações e geração automática de relatórios gerenciais.

6.4 GESTÃO DE QUALIDADE, PENALIDADES E ENCERRAMENTO CONTRATUAL

6.4.1 Gestão de Qualidade

6.4.1.1 O CREFITO-8 realizará o monitoramento contínuo dos serviços prestados, visando garantir a qualidade e o cumprimento das cláusulas contratuais.

6.4.1.2 O acompanhamento incluirá verificações periódicas de conformidade das passagens emitidas, hospedagens realizadas e locações de veículos.

6.4.2 Penalidades

6.4.2.1 Em caso de descumprimento das condições estabelecidas, serão aplicadas sanções administrativas previstas no contrato.

6.4.3 Encerramento Contratual

6.4.3.1 Ao término do contrato, a contratada deverá apresentar um relatório final detalhado de todas as operações realizadas.

6.4.3.2 Todos os documentos comprobatórios deverão ser entregues ao CREFITO-8 para arquivamento.

6.4.3.3 Se necessário, a contratada deverá garantir uma transição adequada, assegurando a continuidade dos serviços até a finalização completa do processo.

7 MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

7.1 PANORAMA GERAL

7.1.1 O contrato deverá ser executado conforme as cláusulas acordadas, em observância à Lei nº 14.133, de 2021, sendo que cada parte será responsável pelas consequências da inexecução total ou parcial do contrato.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

- 7.1.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão, o cronograma será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, com a devida anotação das circunstâncias em apostila.
- 7.1.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada deverão ser feitas por escrito, quando exigido pela formalidade do ato, sendo admitido o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.1.4 O órgão poderá convocar representante da empresa para providências imediatas, conforme necessidade.
- 7.1.5 Após a assinatura do contrato, o órgão poderá convocar o representante da empresa para reunião inicial, onde serão apresentados o plano de fiscalização, as obrigações contratuais, as estratégias de execução, o método de aferição dos resultados e as sanções aplicáveis.
- 7.1.6 O fiscal responsável poderá sugerir, sem prejudicar a execução do serviço, o redimensionamento do montante pactuado com base na análise da execução financeira anual, respeitando os limites de alteração previstos na Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.1.7 O descumprimento das obrigações pela contratada poderá resultar em sanções administrativas, conforme o Termo de Referência e a legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

7.2 PREPOSTO

- 7.2.1 A contratação exigirá a designação de um preposto da empresa, conforme o art. 118 da Lei nº 14.133/2021. O preposto será responsável pela interface entre a contratada e a Administração, garantindo o cumprimento das obrigações contratuais e atuando como representante da empresa para gestão e fiscalização da execução do contrato. A contratada deverá formalizar a designação do preposto antes do início da prestação dos serviços.
- 7.2.2 A contratante poderá recusar a indicação ou manutenção do preposto, desde que justifique a recusa. Caso necessário, a contratada deverá designar outro preposto.
- 7.2.3 Se a Administração optar pela exigência de manutenção do preposto no local da execução, tal decisão deverá ser justificada com base na complexidade do objeto, necessidade de acompanhamento contínuo ou supervisão técnica.
- 7.2.4 O preposto deverá estar capacitado para atender às demandas da Administração e solucionar eventuais questões durante a execução do contrato.

7.3 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 7.3.1 Os fiscais e gestores do contrato serão designados conforme os artigos 117 da Lei nº 14.133/2021 e 8º do Decreto nº 11.246/2022. A Administração formalizará as designações, garantindo a transparência e o acompanhamento adequado da execução.

7.4 FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

- 7.4.1 O fiscal técnico acompanhará a execução do contrato para garantir o cumprimento das condições estabelecidas, assegurando os melhores resultados para a Administração.
- 7.4.2 O fiscal técnico registrará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, indicando as providências necessárias.
- 7.4.3 O fiscal técnico notificará a contratada em caso de inexecução ou irregularidade, determinando o prazo para correção.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

7.4.4 O fiscal técnico informará ao gestor do contrato sobre situações que demandem decisões ou medidas que ultrapassem sua competência.

7.4.5 Em caso de ocorrências que comprometam a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará imediatamente ao gestor.

7.4.6 O fiscal técnico informará o gestor sobre o término do contrato para permitir a renovação ou prorrogação tempestiva

7.5 FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

7.5.1 O fiscal administrativo acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, e verificará os empenhos, pagamentos, garantias, glosas, apostilamentos e termos aditivos, solicitando documentos pertinentes, se necessário.

7.5.2 Caso haja descumprimento das obrigações, o fiscal administrativo atuará para solucionar o problema, reportando ao gestor caso ultrapasse sua competência.

7.6 GESTOR DE CONTRATO

7.6.1 O gestor coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, mantendo o histórico de gerenciamento atualizado com registros formais da execução.

7.6.2 O gestor acompanhará os registros dos fiscais, tomando as providências necessárias quando a ocorrência ultrapassar sua competência.

7.6.3 O gestor acompanhará as condições de habilitação da contratada para empenho e pagamento, anotando eventuais problemas no fluxo de liquidação e pagamento.

7.6.4 O gestor emitirá documento comprovando a avaliação realizada pelos fiscais, mencionando o desempenho do contratado e eventuais penalidades aplicada.

7.6.5 O gestor tomará providências para formalização de processo administrativo de responsabilização, conforme a Lei nº 14.133/2021.

7.6.6 O gestor elaborará relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos da contratação e recomendações para aprimoramento das atividades.

7.6.7 O gestor enviará a documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, conforme os valores dimensionados pela fiscalização.

8 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

8.1.1 A medição dos serviços será realizada mensalmente, mediante consulta do fiscal administrativo ao SICAF para confirmação de regularidade, com base na quantidade e no valor dos serviços efetivamente prestados e atestados pelo fiscal de contrato.

8.1.2 Os serviços deverão ser discriminados em relatório de execução apresentado pela contratada, contendo, no mínimo:

8.1.2.1 Identificação do tipo de serviço (passagem aérea, rodoviária, hospedagem, locação de veículo);

8.1.2.2 Nome completo do passageiro e CPF;



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

8.1.2.3 Data e horário da emissão e da utilização;

8.1.2.4 Trechos e destinos percorridos/a percorrer;

8.1.2.5 Valores discriminados por item (tarifa, taxa de embarque, seguro, adicionais);

8.1.2.6 Situação do bilhete (utilizado, remarcado, cancelado, pendente);

8.1.2.7 Detalhamento das hospedagens, quando aplicável (hotel, período, itens inclusos e localização);

8.1.2.8 Detalhamento das locações, quando aplicável (veículo, locadora, período, locais de retirada e devolução);

8.1.2.9 Indicação de créditos por serviços cancelados ou não utilizados.

8.1.3 O relatório deverá ser apresentado em formato digital, permitindo a conferência e auditoria dos dados.

8.1.4 A contratada deverá manter registro de todos os serviços prestados e disponibilizar tais informações sempre que solicitado pela fiscalização ou por auditorias.

8.2 CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

8.2.1 O pagamento será efetuado com base na intermediação e emissão dos bilhetes de passagens, e intermediações de hospedagens e locações, devidamente atestados pelo fiscal de contrato.

8.2.2 A contratada deverá apresentar Nota Fiscal eletrônica acompanhada dos documentos comprobatórios dos serviços prestados e do relatório consolidado do mês, conforme os critérios estabelecidos no item 8.1.

8.2.3 O pagamento será realizado por meio de crédito em conta bancária de titularidade da contratada, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do atesto da Nota Fiscal e dos documentos exigidos.

8.2.4 O valor devido poderá ser utilizado para compensação de multas contratuais ou ressarcimento de danos causados pela contratada ao CREFITO-8, caso aplicável.

8.2.5 A contratada deverá manter controle rigoroso das passagens emitidas, canceladas e remarcadas, e evidenciar no relatório os créditos disponíveis para compensação em faturas futuras.

8.2.6 Não será efetuado pagamento de serviços sem a devida formalização da solicitação ou sem a correspondente autorização expressa do CREFITO-8.

8.2.7 Quaisquer valores cobrados que estejam em desacordo com os serviços efetivamente prestados ou com as cotações previamente autorizadas serão glosados pela fiscalização do contrato.

8.2.8 Créditos decorrentes exclusivamente de passagens faturadas e não utilizadas (ou canceladas com crédito) deverão ser compensados na fatura seguinte, mediante apresentação de nota de crédito e dos documentos comprobatórios. Não se aplicam créditos relativos a hospedagens e locações.

8.2.9 No valor da taxa de transação deverão estar incluídos todos os custos e despesas, tais como custos diretos e indiretos (inclusive tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições parafiscais,



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

transporte, seguros, insumos), além de quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto do termo contratual.

8.2.10 A contratada não poderá repassar ao CREFITO-8 custos relativos a multas ou taxas de remarcação oriundas de falha de gestão ou descumprimento contratual de sua responsabilidade.

8.2.11 Os preços constantes nesse instrumento deverão ser em valores, em Reais, da Taxa por Agenciamento para as transações realizadas, inclusive em casos de agenciamento de viagens internacionais.

8.2.12 A não apresentação dos documentos obrigatórios, bem como a identificação de inconsistências ou impropriedades, poderá ensejar a suspensão do pagamento até a devida regularização ou, se necessário, o cancelamento da fatura e a devolução dos valores pagos indevidamente.

8.2.13 A contratada deverá manter todos os documentos fiscais, operacionais e financeiros organizados por, no mínimo, 5 (cinco) anos, para fins de auditoria, controle interno e atendimento aos órgãos de fiscalização e controle.

9 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1 FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

9.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, conforme o disposto a seguir:

9.1.2 Será de exclusiva responsabilidade da licitante compor o valor ofertado, o qual deverá cobrir integralmente suas despesas, incluindo, mas não se limitando a: custos operacionais e administrativos, encargos sociais e trabalhistas, taxas, fretes, tributos e quaisquer outros que onerem direta ou indiretamente a prestação dos serviços, além da margem de lucro pretendida.

9.1.3 O instrumento convocatório deverá prever que a licitante classificada em primeiro lugar, na fase de lances, apresente planilha de custos que demonstre a compatibilidade entre os custos e as receitas estimados para a execução do serviço, nos termos do art. 7º da Instrução Normativa nº 3/2015.

9.2 REGIME DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços será realizada em regime de execução indireta, por empreitada por preço unitário, de acordo com a demanda formalmente solicitada pelo fiscal de contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.2.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma da Lei nº 14133, de 2021.

9.2.2 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

9.2.3 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº 14133, de 2021.

9.2.4 A conformidade da solução a ser utilizada na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada deles, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas.

9.2.5 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto na Lei nº 14133, de 2021.

9.2.6 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto na Lei nº 14133, de 2021.

9.3 EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

9.3.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.3.1.1 Habilitação jurídica de pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.3.1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.1.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-enegocios/pt-br/empreendedor>;

9.3.1.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.1.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.3.1.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

9.3.1.8 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.3.1.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.3.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.3.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.3.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.3.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.3.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.3.2.5 Certidões de regularidade no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitidas pela Controladoria-Geral da União (CGU), Certidão de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade emitida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos emitida pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

9.3.3 Cadastro de Contribuintes

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, nos termos do art. 68, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. A exigência da inscrição será determinada de acordo com a natureza da atividade exercida, observando-se:

9.3.3.1 Para serviços em geral, a inscrição no cadastro municipal, devido à incidência do ISS.

9.3.3.2 Para aquisições de bens ou serviços específicos tributados pelo ICMS, a inscrição no cadastro estadual.

9.3.4 Regularidade Fiscal

Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Pública estadual e/ou municipal, conforme aplicável, relativa à atividade em cujo exercício o fornecedor contrata ou concorre, em conformidade com o art. 193 do Código Tributário Nacional e o art. 68, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. A regularidade deverá ser comprovada:

9.3.4.1 Junto à Fazenda Municipal, para atividades sujeitas ao ISS.

9.3.4.2 Junto à Fazenda Estadual, para atividades sujeitas ao ICMS.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

9.3.5 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.3.6 O fornecedor enquadrado como Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da apresentação de prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal. A exigência será suprida mediante a apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), que já contém as informações pertinentes à sua inscrição nos referidos cadastros.

9.4 Qualificação Técnica

9.4.1 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.4.2 A declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação somente será exigida se a vistoria prévia do local de execução for considerada imprescindível para o pleno entendimento das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado. Alternativamente, poderá ser apresentada uma declaração do responsável técnico atestando o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, independentemente de avaliação local. Caso a avaliação local seja considerada desnecessária, a exigência desta declaração será suprimida. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.4.3 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- a)** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- b)** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- c)** A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- d)** O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- e)** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- f)** Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
 - i. ata de fundação;
 - ii. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
 - iii. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

- iv. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- v. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; vi. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

g) A cooperativa deverá apresentar a última auditoria contábil-financeira, conforme disposto no art. 112 da Lei nº 5.764/1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador. Quando aplicável, em conformidade com o § 9º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, o edital poderá exigir atestados específicos relativos a potencial subcontratado, limitado a 25% do objeto a ser licitado. Nesse caso, mais de um licitante poderá apresentar atestados referentes ao mesmo subcontratado, desde que isso atenda a aspectos técnicos específicos exigidos pela Administração.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

10.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3 Falhar ou fraudar na execução do contrato;

10.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5 Cometer fraude fiscal.

10.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

10.2.1 Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

10.2.2 Multa de:

10.2.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

10.2.2.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

10.2.2.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

10.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo;



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

10.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento).

10.2.2.6 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

10.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

10.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

10.2.4.1 A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa deste Termo de Referência.

10.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

10.3 As sanções previstas nos subitens 10.2.1, 10.2.3, 10.2.4 e 10.2.5 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente às de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

10.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais, por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do Contratante, por empregado e por dia;	03
6	Deixar de corrigir falhas na prestação dos serviços no prazo estabelecido pelo fiscal/gestor do contrato;	01
7	Descumprir quaisquer obrigações contratuais, não explicitadas nos itens abaixo;	01
8	Ensejar o retardamento, de qualquer natureza, da execução dos serviços objeto do contrato;	03
9	Deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
10	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
11	Deixar de substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
12	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Projeto Básico e/ou Contrato, não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
13	Deixar de indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
14	Não manter as condições de habilitação durante a vigência contratual;	04
15	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal durante a execução do objeto;	05
16	Cometer fraude na execução do contrato;	05
17	Deixar de providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da Contratada.	01
18	Deixar de responder as solicitações do CREFITO-8	02
19	Deixar de realizar vistoria técnica conforme previsto no Projeto Básico, Cronograma, Fluxos e Contato	03
20	Deixar de realizar serviços no CREFITO-8	05



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

10.5 Ficam sujeitas às penalidades previstas nos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, as empresas ou profissionais que:

10.5.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.5.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.5.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, conforme o disposto nos artigos 155 a 158 da Lei nº 14.133/2021.

10.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

10.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

10.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo, necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

10.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.12 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 Antes da contratação, o Departamento competente **deverá solicitar a emissão de Nota de Pré-Empenho** na rubrica **6.2.2.1.1.01.04.03.007.002 – Conselheiros, Funcionários e Colaboradores**, garantindo a reserva do crédito para a execução do contrato. Os **empenhos definitivos** serão realizados **conforme a demanda efetiva**, mediante as Ordens de Serviço e o atesto do fiscal do contrato. **Valor de referência:** R\$ 220.818,87.

12. ESTIMATIVA DO PREÇO DE CONTRATAÇÃO

12.1 VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1.1 O valor estimado para a contratação refere-se **exclusivamente à taxa de agenciamento** dos serviços de viagens, que será paga à contratada pela intermediação e gestão das reservas, emissões, alterações e cancelamentos.

12.1.2 Não estão incluídos neste valor os custos com passagens, hospedagens ou locações de veículos, os quais serão pagos separadamente, de acordo com a efetiva prestação dos serviços.

12.1.3 Como **referência** para definição da demanda estimada, considerou-se o volume de serviços realizados e os gastos com deslocamentos institucionais no exercício de 2024, incluindo a aquisição de passagens, reservas de hospedagens e locações. Esse valor, contudo, **não compõe a base de cálculo do valor estimado de contratação**, servindo apenas como indicativo de volume operacional. Este valor é de R\$ 220.818,87 anual, conforme apresentado no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

12.2 MEMÓRIA DE CÁLCULO

12.2.1 A pesquisa de preços realizada no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** identificou os seguintes valores praticados em contratos semelhantes de outros conselhos profissionais:

Órgão	Identificação da Contratação	Repasse por Passagem (R\$)
Conselho Regional dos Corretores de Imóveis 14 Região	Edital nº 90008/2024	0,0001
Conselho Regional de Nutricionistas CRN 2	Edital nº 90003/2024	0,0214
Conselho Regional de Enfermagem da Bahia	Edital nº 00012/2023	0,0001
Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo	Edital nº 90010/2024	0,0208
Conselho Regional de Medicina do Estado do Amapá	Edital nº 001/2024	0,00

12.2.2 A pesquisa de preços realizada diretamente com empresas prestadoras de serviço resultou na tabela abaixo.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

Empresa	Repasse por Passagem (R\$)
TourHouse	22,00
VExpenses	22,00
VOLL	63,55*

*Apenas plano mensal, feito média do valor para média de 11 passagens mensais.

12.2.3 Segundo as tabelas de pesquisa de mercado, a média aritmética de repasse por passagem é de **R\$ 13,45**, que é o efetivo valor estimado da contratação.

12.2.4 Critério de julgamento: o presente certame será do tipo menor preço. O critério de julgamento será o menor valor global anual, correspondente à soma do Repasse por Passagem total com o valor estimado das passagens. Considerando que o valor estimado das passagens é fixo para fins de julgamento, prevalecerá o menor Repasse por Passagem.

12.3. JUSTIFICATIVA DA ESTIMATIVA DE PREÇO

A estimativa foi calculada com base na média aritmética dos valores coletados, garantindo que o custo seja representativo do mercado e compatível com contratações similares. A metodologia utilizada permite evitar distorções causadas por valores extremos e assegurar um parâmetro confiável para a tomada de decisão.

13. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO

Etapa	Descrição	Prazo (dias corridos após a assinatura do contrato)	Responsável
1. Reunião de Alinhamento Inicial	Reunião entre contratada, gestor e fiscais para detalhamento do fluxo de trabalho e responsabilidades	Até 5 dias	Fornecedor e Equipe Técnica



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

2. Designação de Preposto	Indicação formal do representante da contratada responsável pela execução do contrato	Até 5 dias	Fornecedor
3. Disponibilização dos Formatos de Ordem de Serviço	Envio dos modelos padronizados de OS para solicitação de serviços	Até 5 dias	Fornecedor
4. Testes de Atendimento	Realização de testes simulados para avaliação dos canais e tempos de resposta	Até 10 dias	Fornecedor e Equipe Técnica
5. Início da Execução Contratual	Disponibilização integral da solução e início das atividades previstas no objeto do contrato	Até 15 dias	Fornecedor



Documento assinado digitalmente
MATHEUS DA TRINDADE VIEGAS
Data: 23/03/2026 11:08:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Matheus da Trindade Viegas
Supervisor Administrativo
Departamento de Fiscalização



Documento assinado digitalmente
IZAIAS SOUSA SILVA JUNIOR
Data: 23/03/2026 11:43:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Izaias Sousa Silva Junior
Assistente Administrativo
Coordenação Geral



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR AGENCIAMENTO DE VIAGENS - PLA 925

INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) constitui a primeira etapa do planejamento da contratação de uma **solução integrada de transporte institucional para atender às necessidades de deslocamento de diretores, conselheiros, colaboradores, empregados e demais representantes do CREFITO-8**, tanto no âmbito terrestre em ações institucionais quanto em viagens a serviço, no Estado do Paraná e em outras localidades do território nacional.

A iniciativa surge da constatação de que as soluções atualmente utilizadas — aquisição avulsa de passagens aéreas e rodoviárias e uso esporádico da frota própria — têm se mostrado insuficientes para assegurar a agilidade, a previsibilidade e a eficiência necessárias aos compromissos institucionais do Conselho. Esses deslocamentos abrangem desde viagens estratégicas a municípios do interior até participações em eventos técnicos e políticos, cujas demandas se tornaram mais frequentes, diversificadas e imprevisíveis. Dessa forma, o presente estudo visa analisar criticamente o cenário atual e propor uma solução única e coordenada, que contemple:

- o suporte a viagens interestaduais com gerenciamento de passagens aéreas, e, quando necessário, hospedagens e locação de veículos;
- o transporte terrestre de curto e médio alcance, especialmente dentro do Estado do Paraná.

A proposta está em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e transparência definidos pela **Lei nº 14.133/2021**, e segue as diretrizes metodológicas estabelecidas pela **Instrução Normativa SEGES nº 58/2022**, tendo como foco o fortalecimento da gestão logística e a otimização dos recursos públicos. Este ETP, portanto, não apenas responde às necessidades operacionais do



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

CREFITO-8, mas representa também um passo estratégico rumo à modernização de sua infraestrutura de mobilidade institucional.

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O presente tópico tem como objetivo a descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público, de acordo com o inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021.

1.1 Contextualização da Demanda

O CREFITO-8, no cumprimento de sua missão institucional de representação, regulação e promoção das profissões de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, realiza uma série de deslocamentos de conselheiros, diretores, colaboradores e empregados para participação em reuniões, eventos, treinamentos e ações estratégicas dentro e fora do Estado do Paraná. Esses deslocamentos são fundamentais para a formação contínua dos empregados, para a articulação política, para a representação junto a entidades públicas e privadas, e para a promoção de ações institucionais que reforcem o protagonismo do Conselho e das profissões em todo o território nacional. Atualmente, o CREFITO-8 não dispõe de uma estrutura específica ou serviço especializado para o gerenciamento desses deslocamentos. As necessidades de transporte terrestre são atendidas, eventualmente, por veículos da frota institucional, enquanto viagens de maior alcance são organizadas caso a caso, de forma descentralizada. Essa ausência de uma solução logística estruturada tem gerado impactos significativos na eficiência administrativa e na previsibilidade das ações institucionais.

1.2 Problemas Associados à Solução Atual

1.2.1 Ausência de estrutura especializada para viagens

O CREFITO-8 não utiliza atualmente serviços de agenciamento de viagens. Assim, toda a logística relacionada a deslocamentos de média e longa distância — como passagens aéreas ou rodoviárias — é gerida internamente, caso a caso, por um empregado da coordenação geral do órgão, sem suporte técnico ou sistematização.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

Isso sobrecarrega as equipes internas, aumenta o risco de falhas operacionais e dificulta o controle orçamentário e a previsão de custos.

1.2.2 Limitação da frota própria

A frota institucional do CREFITO-8 possui como finalidade principal o atendimento às atividades de fiscalização profissional, que constituem a atividade-fim do Conselho. Dessa forma, o uso dos veículos para outros fins institucionais — como deslocamentos longos de conselheiros e colaboradores para ações políticas, representativas e administrativas — se dá de forma restrita e pontual, o que pode resultar em conflitos de disponibilidade e comprometer a continuidade das ações não relacionadas à fiscalização.

1.2.3 Dificuldade no planejamento e na gestão de imprevistos

A falta de um modelo integrado e especializado de transporte e deslocamentos institucionais reduz a capacidade do CREFITO-8 de responder com agilidade a demandas emergenciais, como alterações de agenda ou necessidade de deslocamento imediato. Essa limitação compromete a capacidade de representação do Conselho e pode resultar em perdas de oportunidades estratégicas.

1.2.4 Ineficiência na alocação de recursos administrativos

A ausência de processos padronizados e de uma solução contratada dedicada ao transporte institucional implica maior esforço operacional por parte da equipe interna, com uso intensivo de tempo e recursos em tarefas que poderiam ser otimizadas. Essa realidade gera custos indiretos e afeta a produtividade global da gestão administrativa do Conselho.

1.3 Justificativa para a contratação

1.3.1 Necessidade de padronização e previsibilidade

A contratação de uma solução especializada permitirá ao CREFITO-8 centralizar e sistematizar a gestão dos deslocamentos institucionais, garantindo maior previsibilidade, transparência e controle orçamentário sobre os custos com viagens e transporte.

1.3.2 Melhoria na eficiência e na resposta institucional



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

Com a adoção de um serviço especializado para atender às demandas de mobilidade institucional, será possível ampliar a capacidade de resposta do Conselho às suas obrigações representativas e administrativas, com menor tempo de organização e maior segurança nas operações logísticas.

1.3.3 Redução da sobrecarga administrativa

A solução contratada contribuirá para a liberação de recursos humanos internos atualmente ocupados com tarefas operacionais, possibilitando que os empregados se concentrem em atividades estratégicas e de maior valor agregado à gestão pública.

1.4 Escopo da Demanda Institucional

A solução contratada deverá contemplar, de forma integrada, a gestão e execução dos seguintes serviços:

1.4.1 Disponibilização de transporte terrestre institucional sob demanda, com veículos apropriados e motoristas qualificados, para deslocamentos dentro do Estado do Paraná;

1.4.2 Cotação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento e alteração de passagens aéreas e rodoviárias, para viagens nacionais a serviço;

1.4.3 Intermediação de hospedagem e locação de veículos em localidades de destino, sempre que necessário e sob demanda do CREFITO-8;

1.4.4 Prestação dos serviços por meio de atendimento remoto e digital, com opções de contato via e-mail, telefone e aplicativos de mensagens instantâneas, garantindo agilidade e eficiência no suporte às atividades do Conselho;

1.4.5 Adoção de práticas que assegurem economicidade, transparência e previsibilidade nos custos dos deslocamentos, com atendimento às exigências da administração pública federal.

2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A Lei nº 14.133/2021, em seu inciso II do § 1º do art. 18, estabelece a necessidade de demonstrar a previsão da contratação no Plano de Contratações Anual (PCA), sempre que elaborado, a fim de assegurar o alinhamento com o planejamento da



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ
Administração Pública. No entanto, neste caso específico, a solução integrada de transporte institucional não foi contemplada no plano, conforme descrito a seguir.

2.1 Contexto da Não Previsão

A contratação da presente solução não foi incluída no Planejamento Anual de Contratações do CREFITO-8 devido à expectativa de que o **Edital de Credenciamento nº 0001/2024**, vigente à época, atenderia a essas necessidades. O edital previa o credenciamento de empresas para prestação de serviços diversos, inclusive relacionados ao transporte e deslocamento de representantes do Conselho. Contudo, o processo de credenciamento não obteve êxito para essa demanda específica, resultando na **ausência de empresas aptas a prestar os serviços pretendidos**. O encerramento do edital se deu apenas em **31 de dezembro de 2024**, o que impossibilitou a inclusão da contratação no planejamento para o exercício seguinte, uma vez que não havia, até então, um diagnóstico conclusivo quanto à necessidade de contratação externa para transporte institucional.

2.2 Natureza da Demanda

As atividades institucionais do CREFITO-8 exigem um volume variável de deslocamentos administrativos, políticos e representativos ao longo do ano, com destinos, datas e necessidades muitas vezes definidas em prazos curtos. Essa imprevisibilidade inviabiliza a alocação exata de recursos no momento de elaboração do PCA, uma vez que qualquer tentativa de planejamento rígido poderia comprometer a flexibilidade essencial à execução dessas ações.

2.3 Conformidade Legal

A ausência de previsão no PCA encontra respaldo legal no **art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021**, que admite contratações não previstas quando justificadas por falhas em soluções anteriores ou por situações não previstas originalmente no planejamento. No presente caso, a não efetividade do Edital de Credenciamento nº 0001/2024 e a constatação de limitações operacionais nos modelos atuais justificam a contratação de forma extraordinária, com o objetivo de assegurar a continuidade das atividades institucionais do Conselho.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Este tópico descreve os requisitos essenciais para a contratação da solução, organizando de forma clara e objetiva os serviços de agenciamento de viagens e os serviços de transporte terrestre institucional. O detalhamento busca assegurar o pleno atendimento das necessidades do CREFITO-8, sem impor exigências excessivas ou desproporcionais que possam restringir a competitividade do certame.

3.1 AGENCIAMENTO DE VIAGENS

3.1.1 Serviços a serem prestados

3.1.1.1 Cotação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento e alteração de passagens aéreas nacionais, rodoviárias e, pontualmente, aéreas internacionais;

3.1.1.2 Intermediação de hospedagens e locações de veículos nas localidades de destino, quando solicitado;

3.1.1.3 Suporte operacional para adequação de rotas, horários, conexões e tarifas visando a melhor relação custo-benefício.

3.1.2 Condições de Atendimento

3.1.2.1 Atendimento remoto via e-mail, telefone e aplicativos de mensagens instantâneas (como WhatsApp ou Telegram), durante o horário comercial;

3.1.2.2 Atendimento emergencial disponível 24 horas por dia, para situações imprevistas que exijam alterações ou suporte imediato.

3.1.3 Emissão de Documentos

Emissão e disponibilização de bilhetes, vouchers e documentos preferencialmente em formato digital, salvo em casos excepcionais devidamente justificados.

3.1.4 Relatórios Gerenciais

Emissão de relatórios mensais personalizados, contendo:



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

3.1.4.1 Número de passagens emitidas;

3.1.4.2 Valores de cada passagem e valores totais;

3.1.4.3 Cancelamentos e remarcações realizadas;

3.1.4.4 Informações sobre hospedagens e locações intermediadas.

3.1.3 Normativos Aplicáveis

3.1.3.1 Observância à **Lei nº 14.133/2021** e à regulamentação interna vigente no CREFITO-8;

3.1.3.2 Respeito às normas sobre concessão de passagens.

3.1.4 Práticas de Sustentabilidade

Dimensão Ambiental

3.1.4.1 Incentivo à escolha de opções de voo que adotem práticas de compensação de emissões de carbono, sempre que disponíveis;

3.1.4.2 Incentivo, quando viável, à utilização de veículos com tecnologia de eficiência energética ou menor emissão de poluentes.

Dimensão Social

3.1.4.3 Prestação de serviço acessível e inclusivo, atendendo às necessidades de todos os usuários do CREFITO-8.

Dimensão Econômica

3.1.4.4 Cotação ampla e busca contínua das melhores condições de mercado;

3.1.4.5 Garantia de transparência total nos valores praticados, sem cobranças ocultas ou adicionais indevidos.

3.2 TRANSPORTE TERRESTRE INSTITUCIONAL

3.2.1 Serviços a serem prestados

3.2.1.1 Disponibilização de veículos com condutor para deslocamentos institucionais dentro do Estado do Paraná, conforme demanda;

3.2.1.2 Atendimento a solicitações de viagens programadas e emergenciais, mediante pré-agendamento ou chamado extraordinário.

3.2.2 Especificações dos Veículos

3.2.2.1 Tipologia admitida: sedans executivos de 4 portas, minivans ou vans de transporte executivo com capacidade mínima para 6 passageiros;



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

3.2.2.2 Ano de fabricação: até 5 anos anteriores à data da execução do serviço;

3.2.2.3 Equipamentos obrigatórios: ar-condicionado, vidros e travas elétricas, sistema de rastreamento por GPS, bancos revestidos com material de fácil higienização e cintos de segurança de 3 pontos para todos os assentos;

3.2.2.4 Estado de conservação: veículos em excelentes condições mecânicas e de estética interna e externa.

3.2.3 Especificações dos Motoristas

3.2.3.1 Condutores com CNH compatível com a categoria do veículo;

3.2.3.2 Experiência profissional comprovada de, no mínimo, 3 anos em transporte de passageiros;

3.2.3.3 Treinamento específico em atendimento executivo e condução segura.

3.2.4 Condições Operacionais

3.2.4.1 Seguro obrigatório para passageiros e veículos;

3.2.4.2 Emissão de relatórios mensais de viagens realizadas, contendo data, origem, destino, quantidade de passageiros e quilometragem percorrida;

3.2.4.3 Atendimento remoto via telefone e aplicativos de mensagens instantâneas para agendamento de transportes.

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Conforme o inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21, este tópico apresenta a estimativa de demanda para a solução de transporte terrestre institucional e agenciamento de viagens, garantindo que a contratação esteja dimensionada corretamente para atender às necessidades do CREFITO-8 sem desperdícios ou subdimensionamento dos serviços.

4.1 Dimensionamento da Demanda

4.1.1 A solução contratada deverá atender até 138 pessoas diferentes, incluindo:

4.1.1.1 Diretoria;

4.1.1.2 Conselheiros;

4.1.1.3 Delegados;



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

4.1.1.4 Profissionais que colaboram com atividades institucionais do Conselho;

4.1.1.5 Empregados do CREFITO-8.

4.1.2 Apesar de a demanda potencial abranger um número elevado de pessoas, **apenas cerca de 10 indivíduos realizam viagens institucionais com frequência**, enquanto os demais possuem necessidades pontuais de deslocamento ou sequer demandam viagens ao longo do ano.

4.1.3 Esse levantamento foi realizado pela Coordenação Geral do CREFITO-8, considerando o **número de pessoas que possuem potencial para gerar demanda de deslocamento** no exercício de suas funções institucionais.

4.1.4 O serviço deverá ser dimensionado para atender às viagens realizadas ao longo do ano, abrangendo deslocamentos para reuniões, eventos técnicos, treinamentos e outras atividades institucionais, tanto em âmbito nacional quanto, pontualmente, internacional.

4.1.5 A definição exata da quantidade de viagens, hospedagens e outros serviços será realizada conforme demanda, evitando a imobilização de recursos e garantindo flexibilidade na execução do contrato.

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Conforme o inciso V do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, este tópico apresenta as alternativas de solução disponíveis no mercado para atendimento da necessidade de contratação integrada de transporte institucional e agenciamento de viagens, ressaltando as principais características, vantagens e limitações de cada um dos modelos oferecidos pelo mercado.

5.1 OPÇÃO 1 – EMPRESA ESPECIALIZADA EM AGENCIAMENTO DE VIAGENS

5.1.1 Essa modalidade consiste na contratação de uma empresa única, de serviços de agenciamento de viagens e transporte terrestre executivo, integrados em um único contrato.

5.1.2 A empresa contratada será responsável pela realização de cotações, reservas, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas e rodoviárias, bem como



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

pela intermediação de hospedagens e locações de veículos, oferecendo suporte administrativo e operacional para garantir a eficiência na gestão das viagens institucionais. Além disso, a empresa deverá disponibilizar transporte terrestre institucional, mediante solicitação, com veículos e motoristas adequados às demandas do CREFITO-8.

5.1.3 Justificativa técnica e econômica

5.1.3.1 Técnica: A centralização do serviço permite maior organização, controle de demandas e acesso a um suporte especializado, garantindo eficiência e previsibilidade no planejamento das viagens.

5.1.3.2 Econômica: Potencial para obtenção de melhores condições financeiras pela contratação de pacotes de serviços combinados e redução de custos administrativos internos.

5.1.4 Vantagens

5.1.4.1 Centralização da gestão das viagens, reduzindo a carga de trabalho interno e melhorando o controle orçamentário.

5.1.4.2 Facilitação no planejamento e na execução das atividades institucionais;

5.1.4.3 Possibilidade de acesso facilitado a tarifas promocionais e negociações diretas com companhias aéreas e redes de hotéis, garantindo maior economicidade.

5.1.4.4 Maior agilidade na resolução de imprevistos, pois a empresa contratada atua na intermediação junto aos fornecedores.

5.1.4.5 Possibilidade de atendimento personalizado e consultoria especializada, auxiliando na escolha das melhores opções de deslocamento.

5.1.4.6 Suporte operacional 24 horas, essencial para atender a emergências e mudanças de última hora.

5.1.4.7 Solução capaz de atender conjuntamente as duas demandas.

5.1.5 Desvantagens



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

5.1.5.1 A eficiência da solução dependerá do nível de integração com os processos internos do CREFITO-8, exigindo um alinhamento inicial para garantir que a transição do modelo atual ocorra sem dificuldades operacionais.

5.1.5.2 Dependência da empresa contratada para execução das operações, o que pode limitar a autonomia do CREFITO-8.

5.2 OPÇÃO 2 – PLATAFORMA DIGITAL DE AUTOAGENDAMENTO (SELF-BOOKING TOOL)

5.2.1 O **Self-Booking Tool (SBT)** é um **sistema digital** que permite que o próprio CREFITO-8 gerencie todas as suas viagens institucionais sem a necessidade de um intermediário humano de fora do Conselho, diferente do que ocorre na contratação de uma agência de viagens tradicional.

5.2.2 Essas plataformas funcionam de forma semelhante a sites de busca de passagens e hospedagens utilizados no setor privado, mas podem ser adaptadas para as regras da administração pública e são otimizadas para uso corporativo.

5.2.3 Justificativa técnica e econômica

5.2.3.1 Técnica: A automação das reservas e transações pode reduzir o tempo de resposta às demandas de viagem, melhorando a agilidade operacional.

5.2.3.2 Econômica: O modelo oferece transparência nos preços e redução de taxas administrativas, podendo representar economia a longo prazo. No entanto, é necessário considerar possíveis custos operacionais iniciais, como capacitação da equipe e tempo de adaptação ao novo sistema.

5.2.4 Vantagens

5.2.4.1 Acesso direto às tarifas do mercado, permitindo comparação instantânea de preços entre fornecedores sem depender de cotações feitas manualmente (modelo atual).

5.2.4.2 Redução do tempo de processamento, pois os usuários podem concluir a compra de passagens e hospedagens de forma rápida e independente.

5.2.4.3 Flexibilidade na escolha das opções de viagem, garantindo que cada necessidade específica seja atendida sem restrições de contratos fixos.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

5.2.4.4 Relatórios automatizados, facilitando o controle de gastos e auditorias internas.

5.2.5 Desvantagens

5.2.5.1 Demanda um alto nível de capacitação interna, pois os próprios usuários ou responsáveis administrativos precisarão operar o sistema corretamente.

5.2.5.2 Não há suporte humanizado imediato, dificultando a resolução de problemas urgentes, como alterações inesperadas ou cancelamentos de última hora, o que pode levar aos mesmos problemas existentes na solução utilizada atualmente.

5.2.5.3 Mantém a carga de trabalho administrativo, pois exige acompanhamento contínuo da equipe interna na gestão das reservas.

5.2.5.4 Nem todas as plataformas oferecem integração completa com as regras da administração pública, podendo exigir adaptações e configurações específicas.

5.2.5.5 O modelo de Self-Booking Tool (SBT), embora eficiente em processos privados, **não é amplamente adotado como padrão na Administração Pública**. Essa característica resulta em uma menor quantidade de empresas do setor interessadas em participar de processos licitatórios com essa configuração, o que pode aumentar significativamente o risco de licitação deserta.

5.3 OPÇÃO 3 – EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSPORTE EXECUTIVO (exclusivamente para transporte terrestre)

5.3.1 Esta solução consiste na contratação de empresa especializada **apenas para a prestação de serviços de transporte terrestre**, sem agenciamento de viagens aéreas ou hospedagens. Neste formato, o Conselho precisaria optar por esta solução **ADICIONALMENTE** a uma das duas opções anteriores.

5.3.2 Justificativa técnica e econômica



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

5.3.2.1 Técnica: Atendimento sob demanda permite ajuste da capacidade de transporte de acordo com a real necessidade institucional, sem investimentos permanentes em frota.

5.3.2.2 Econômica: Redução de custos fixos associados à propriedade de veículos, embora os custos variáveis possam aumentar conforme a intensidade da utilização.

5.3.3 Vantagens

5.3.3.1 Flexibilidade para utilização de veículos conforme demanda do Conselho;

5.3.3.2 Eliminação de custos fixos de frota própria (IPVA, manutenção e seguros);

5.3.3.3 Motoristas qualificados e veículos adequados ao padrão executivo.

5.3.3.4 Possibilidade de carregar um volume maior de material para ações institucionais.

5.3.4 Desvantagens

5.3.4.1 Dependência da disponibilidade de veículos no mercado em períodos de alta demanda;

5.3.4.2 Custo variável que pode ser elevado em deslocamentos frequentes ou de longa distância;

5.3.4.3 Maior necessidade de planejamento para solicitações de última hora;

5.3.4.4 Não contempla a demanda por agenciamento de viagens aéreas e hospedagens, exigindo a contratação paralela de solução adicional para atender plenamente as necessidades institucionais.

5.4 OPÇÃO 4 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULO DEDICADO (exclusivamente para transporte terrestre)

5.4.1 Esta solução consiste na aquisição de um veículo próprio para atendimento exclusivo às necessidades de transporte terrestre institucional do CREFITO-8. Neste formato, o Conselho também precisaria optar por esta solução ADICIONALMENTE a uma das duas primeiras opções, para contemplar também a demanda de agenciamento de viagens aéreas e hospedagens.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

5.4.2 Justificativa técnica e econômica

5.4.2.1 Técnica: Proporciona autonomia total no deslocamento, com controle sobre itinerários, horários e condições de conservação do veículo, permitindo adequação direta às necessidades do Conselho.

5.4.2.2 Econômica: Pode representar economia a médio e longo prazo, eliminando a dependência de serviços de transporte terceirizados, embora implique altos custos iniciais de aquisição e custos permanentes de manutenção, seguro e depreciação.

5.4.3 Vantagens

5.4.3.1 Disponibilidade permanente do veículo para atendimento das demandas institucionais;

5.4.3.2 Redução de custos com transporte em viagens frequentes a médio e longo prazo;

5.4.3.3 Maior controle sobre a conservação, o uso e a disponibilidade do recurso;

5.4.3.4 Possibilidade de transportar materiais institucionais de forma segura e controlada.

5.4.4 Desvantagens

5.4.4.1 Necessidade de alto investimento inicial para aquisição do veículo;

5.4.4.2 Custos permanentes com manutenção preventiva e corretiva, seguros obrigatórios e documentação;

5.4.4.3 Possibilidade de o veículo ficar ocioso em períodos de baixa demanda institucional;

5.4.4.4 Não contempla a demanda por agenciamento de viagens aéreas e hospedagens, exigindo a contratação paralela de solução adicional para atender plenamente as necessidades institucionais.

5.5 Comparação entre as opções apresentadas

Critério	5.1 Empresa Especializada	5.2 Plataforma Digital	5.3 Transporte Executivo	5.4 Aquisição de Veículo
-----------------	--	---------------------------------------	---	---



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

Atendimento às duas demandas	Sim	Sim	Não (exige contratação adicional)	Não (exige contratação adicional)
Centralização da Gestão	Alta	Média	Baixa	Baixa
Agilidade no Atendimento	Alta (suporte 24h)	Média	Média (conforme contrato)	Alta (uso próprio)
Facilidade de Operação	Alta	Baixa (exige capacitação interna)	Alta	Média
Custo-benefício	Alto (economia de escala)	Médio (transparência de tarifas)	Variável (custo por demanda)	Alto a longo prazo
Autonomia do Conselho	Média (regras contratuais)	Alta (gestão direta)	Alta	Alta
Suporte em Emergências	Alto (suporte 24h)	Baixo (suporte limitado)	Médio (depende do contrato)	Alto (uso próprio)
Controle de Gastos e Relatórios	Alto (relatórios gerenciais)	Alto (automação de relatórios)	Médio	Médio
Carga Administrativa Interna	Baixa	Média	Média	Alta
Investimento Inicial	Não	Possível (implantação de sistema)	Não	Sim (compra e manutenção de veículo)
Dependência de Terceiros	Alta (empresa contratada)	Média (plataforma contratada)	Alta (empresa de transporte)	Baixa (uso próprio)
Flexibilidade para ajustes emergenciais	Alta	Média	Média	Alta

6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Conforme o inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021, foi realizada uma pesquisa de preços para estimar o custo da contratação da solução de agenciamento de viagens para o CREFITO-8. A pesquisa foi conduzida no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

6.1 Levantamento de Mercado – Opção para Agenciamento de Viagens ou Plataforma Digital de Autoagendamento

6.1.1 Foram realizadas pesquisas no que tange à contratação do serviço em questão no âmbito de outros órgãos similares da Administração Pública, com o objetivo de verificar as soluções compatíveis que venham a dar atendimento aos requisitos e necessidades demonstradas no presente estudo.

Órgão	Identificação da Contratação	Repassse por Passagem
Conselho Regional dos Corretores de Imóveis 14 Região	Edital nº 90008/2024	R\$ 0,0001
Conselho Regional de Nutricionistas CRN 2	Edital nº 90003/2024	R\$ 0,0214
Conselho Regional de Enfermagem da Bahia	Edital nº 00012/2023	R\$ 0,0001
Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo	Edital nº 90010/2024	R\$ 0,0208
Conselho Regional de Medicina do Estado do Amapá	Edital nº 001/2024	R\$ 0,00

Cabe esclarecer que os valores de repasse observados na tabela de levantamento de mercado apresentam-se relativamente baixos em razão de uma prática consolidada no setor de agenciamento de viagens. Nesse modelo, as agências de viagens obtêm sua remuneração majoritariamente por meio de descontos e comissões negociados diretamente com as companhias aéreas e rodoviárias, em vez de repassar integralmente esses ganhos ao contratante público. Dessa forma, o lucro das agências é internalizado na composição do valor final das passagens, o que permite a apresentação de preços de serviço de agenciamento reduzidos ou simbólicos no contrato administrativo.

6.1.2 Tabela de compra de passagens aéreas e terrestres do CREFITO em 2024

Mês/2024	Valor Total	Quantidade de Passagens
Janeiro	R\$ 6.311,72	9



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

Fevereiro	R\$ 3.559,77	4
Março	R\$ 9.894,20	10
Abril	R\$ 16.243,90	14
Maiο	R\$ 15.390,19	13
Junho	R\$ 17.422,09	10
Julho	R\$ 20.287,74	12
Agosto	R\$ 36.183,00	19
Setembro	R\$ 32.975,84	11
Outubro	R\$ 12.697,30	9
Novembro	R\$ 8.990,21	8
Dezembro	R\$ 40.861,75	18
Total	R\$ 220.817,71	137

6.1.2.1 Considerando a tabela acima, o gasto estimado com compras de passagens é de R\$ 220.817,71.

6.1.2.2 Segundo a tabela de pesquisa de mercado, a **média aritmética** de repasse por passagem em contratações por outros órgãos é de R\$ 0,00848, que multiplicado pela estimativa de quantidade de compra de passagens (137) resulta no valor de R\$ 1,16176.

6.1.2.3 O repasse ao CREFITO-8 será realizado com base no **valor final da passagem adquirido junto aos fornecedores, acrescido da taxa de agenciamento** previamente estipulada em contrato, garantindo transparência e previsibilidade nos custos das viagens.

6.1.2.4 Sendo assim, o valor anual estimado de contratação desta solução fundamentado nas informações anteriores é de **R\$ 220.818,87**.

6.1.2.5 É importante destacar que a presente estimativa se baseia nos valores praticados no ano de 2024, **estando sujeita a variações para mais ou para menos conforme as estratégias institucionais de deslocamento adotadas pelo CREFITO-8** ao longo do segmento do ano de 2025.

6.2 Levantamento de Mercado – Opção de Transporte Executivo



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

6.2.1 Para a estimativa de preços da solução de transporte terrestre executivo, foi realizada pesquisa de valores praticados em contratos administrativos firmados por diferentes entes públicos, com escopo similar ao pretendido por este Conselho.

6.2.2 Os contratos analisados contemplam a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte institucional com veículo e motorista, mediante acionamento sob demanda, e abrangem deslocamentos locais, intermunicipais e interestaduais, com veículos executivos, compatíveis com as exigências do presente Estudo Técnico Preliminar.

6.2.3 Os valores observados para a diária do serviço de transporte executivo, conforme registrado em fontes públicas de consulta (como portais de transparência e extratos de contratos), foram os seguintes:

Órgão Contratante	Valor da Diária (R\$)
Conselho Regional de Administração do Paraná (CRA/PR)	850,00
Faculdade de Medicina de Jundiaí – SP	890,00
Fundação da Seguridade Social dos Servidores Públicos de Sorocaba	750,00
Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itaúna – MG	700,00

6.2.4 Com base nesses valores, a média apurada para o custo diário da solução foi de **R\$ 797,50**, a ser considerada como referência para planejamento da contratação.

6.2.5 Ressalta-se que os serviços estimados compreendem veículos com até cinco anos de fabricação, ar-condicionado, equipamentos de segurança exigidos por lei, condutores treinados e devidamente uniformizados, bem como suporte operacional e cobertura de seguro para os passageiros transportados.

6.2.6 A efetiva definição das condições de pagamento e dos critérios de acionamento será realizada oportunamente na fase de elaboração do Termo de Referência, respeitando as diretrizes estabelecidas neste ETP e considerando a demanda institucional do CREFITO-8, caso esta opção seja escolhida.

6.3 Levantamento de Mercado – Compra de Veículo Próprio



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

6.3.1 Para a composição da estimativa de preços da solução de aquisição de veículo próprio, foi realizada pesquisa on-line de mercado junto a concessionárias e plataformas de venda de veículos novos na cidade de Curitiba/PR, abrangendo modelos que atendam às especificações técnicas estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar.

6.3.2 A pesquisa concentrou-se em veículos do tipo sedan e minivan, com fabricação recente (modelo lançado nos últimos dois anos), motor a gasolina, flex ou diesel com potência mínima de 150 cv, ar-condicionado dianteiro e traseiro, sistema de GPS, bancos de fácil higienização, sensores de estacionamento, câmera de ré, portas USB e demais itens definidos neste estudo.

6.3.3 Os valores apurados foram os seguintes:

Modelo	Menor Preço (R\$)	Preço Médio (R\$)	Maior Preço (R\$)
Fiat Cronos Drive 1.0	94.900,00	100.627,00	103.490,00
Chevrolet Onix Plus LT	98.920,00	104.367,00	107.740,00
Volkswagen Virtus 1.0	102.640,00	108.147,00	115.900,00
Chevrolet Spin LTZ 1.8 (Minivan)	125.990,00	128.927,00	131.800,00

6.3.4 partir dos valores médios apresentados, a estimativa de preço para fins de planejamento foi estabelecida em **R\$ 108.000,00 para veículos tipo sedan** e **R\$ 129.000,00 para veículos tipo minivan**, valores compatíveis com as condições atuais do mercado e com as exigências técnicas do CREFITO-8.

6.3.5 Ressalta-se que os preços referem-se a veículos novos, com documentação completa, garantia mínima de três anos ou 100.000 km, e condições de entrega conforme os requisitos contratuais previstos neste ETP.

6.3.6 A definição do modelo exato a ser adquirido, caso esta for uma das opções deliberadas pela diretoria do CREFITO-8, será realizada durante a elaboração do Termo de Referência, com base na análise de conveniência e oportunidade, bem como da disponibilidade de mercado à época da compra.

7 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

Este tópico apresenta a descrição detalhada das soluções possíveis para a contratação, incluindo o escopo dos serviços e requisitos técnicos e operacionais (Inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso IV da IN 40/2020). A depender da decisão da Diretoria do CREFITO-8, a solução poderá ser composta pela contratação de uma empresa única para agenciamento de viagens e transporte terrestre institucional (solução integrada), ou, em caso de parcelamento, pela contratação isolada de soluções específicas para transporte terrestre e gestão de viagens.

7.1 SOLUÇÃO 1: AGENCIAMENTO DE VIAGENS

7.1.1 Escopo dos Serviços

7.1.1.1 Emissão e Gestão de Passagens

- a) Cotação obrigatória de no mínimo três alternativas para cada trecho, considerando melhores tarifas e condições;
- b) Reserva, emissão, remarcação, cancelamento e alteração de passagens aéreas nacionais e internacionais;
- c) Emissão de passagens terrestres interestaduais, quando aplicável;
- d) Identificação de voos e linhas rodoviárias com menor tempo de deslocamento e melhor custo-benefício;
- e) Disponibilização de passagens em diferentes categorias tarifárias, conforme regras internas do CREFITO-8.

7.1.1.2 Hospedagem e Locação de Veículos

- a) Intermediação obrigatória de hospedagem que atenda padrões mínimos definidos (classificação mínima de 3 estrelas ou equivalente);
- b) Locação de veículos para uso em destino, com preferência para modelos econômicos e com assistência 24 horas.

7.1.1.3 Atendimento e Suporte

- a) Atendimento remoto via sistema online, telefone, e-mail e aplicativo de mensagens (como WhatsApp);
- b) Suporte emergencial 24 horas, incluindo fins de semana e feriados.

7.1.1.4 Relatórios Gerenciais e Monitoramento



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

- a) Relatórios mensais consolidados de viagens realizadas, gastos, cancelamentos, alterações e deslocamentos terrestres;
- b) Dashboard online para acompanhamento pela equipe do CREFITO-8.

7.1.2 Requisitos Técnicos e Operacionais

- 7.1.2.1** Atendimento especializado e capacitado em agenciamento de viagens corporativas públicas;
- 7.1.2.2** Integração obrigatória com normas internas e legislação vigente;
- 7.1.2.3** Controle rigoroso de transparência e detalhamento de custos;
- 7.1.2.4** Processos 100% digitais, priorizando a redução de impressões físicas;
- 7.1.2.5** Sistema de proteção de dados conforme a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

7.1.3 Prazo de implantação

Disponibilização do serviço em até 30 dias da assinatura do contrato.

7.2 SOLUÇÃO 2: PLATAFORMA DIGITAL DE AUTOAGENDAMENTO (SELF-BOOKING TOOL)

7.2.1 Escopo dos Serviços

- 7.2.1.1** Disponibilização de plataforma online 24 horas para cotação, reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens;
- 7.2.1.2** Sistema de busca de hospedagens e locação de veículos integrados;
- 7.2.1.3** Funcionalidade de pré-aprovação conforme política interna de viagens;
- 7.2.1.4** Geração automática de relatórios de gestão de viagens.

7.2.2 Requisitos Técnicos e Operacionais

- 7.2.2.1** Sistema hospedado em nuvem com alta disponibilidade (mínimo 99,5%);
- 7.2.2.2** Ambiente seguro com autenticação de múltiplos fatores;
- 7.2.2.3** Parametrização das regras de viagem definidas pelo CREFITO-8 (limites de valores, tipos de acomodação, categorias de passagens);



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

7.2.2.4 Suporte técnico durante o horário comercial e canal emergencial fora do expediente;

7.2.2.5 Relatórios de viagens detalhados em formato exportável (Excel, PDF).

7.2.3 Prazo de implantação

Disponibilização do serviço em até 30 dias da assinatura do contrato.

7.3 SOLUÇÃO 3: TRANSPORTE EXECUTIVO

7.3.1 Escopo dos Serviços

7.3.1.1 Disponibilização de veículos executivos sob demanda para deslocamentos intermunicipais e interestaduais;

7.3.1.2 Tipologias de veículos: sedans executivos, minivans ou vans de alto padrão, conforme necessidade;

7.3.1.3 Agendamento via sistema, telefone ou e-mail com no mínimo 24 horas de antecedência para viagens programadas.

7.3.2 Requisitos Técnicos e Operacionais

7.3.2.1 Veículos com até 5 anos de fabricação, revisados e higienizados regularmente;

7.3.2.2 Sistema de rastreamento por GPS ativo durante todo o deslocamento;

7.3.2.3 Motoristas uniformizados e treinados, com experiência mínima de 3 anos em transporte de passageiros;

7.3.2.4 Seguro de passageiros ativo para todas as viagens.

7.3.3 Condições de Pagamento

Cobrança por quilômetro rodado ou diárias, com opção de pacotes mensais.

7.3.4 Prazo de Implantação

Disponibilização do serviço em até 30 dias da assinatura do contrato.

7.4 SOLUÇÃO 4: COMPRA DE VEÍCULO PRÓPRIO

7.4.1 Especificação do Veículo



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

7.4.1.1 Veículo tipo sedan ou minivan, com capacidade de 6 a 9 passageiros, em conformidade com a direção por motoristas habilitados com a categoria B da CNH.

7.4.1.2 Motor a diesel ou flex, com potência mínima de 150 cavalos.

7.4.1.3 Ano de fabricação e modelo recentes, com lançamento em até 3 anos.

7.4.1.4 Ar-condicionado dianteiro e traseiro.

7.4.1.5 Vidros e travas elétricas.

7.4.1.6 Bancos reclináveis e revestidos em material de fácil higienização.

7.4.1.7 Iluminação interna em LED.

7.4.1.8 Porta USB para carregamento de dispositivos móveis.

7.4.1.9 Câmera de ré e sensores de estacionamento.

7.4.1.10 Cintos de segurança de três pontos para todos os passageiros.

7.4.1.11 Compartimento de bagagens fechado e adequado para transporte seguro de materiais institucionais.

7.4.1.12 Sistema de GPS instalado de fábrica ou integrado.

7.4.1.13 Pneus apropriados para viagens de longa distância, incluindo estepe conforme especificações do fabricante.

7.4.2. Condições da Garantia e Assistência

7.4.2.1 Garantia mínima de 3 anos ou 100.000 km, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

7.4.2.2 Disponibilidade de assistência técnica nacional com cobertura em todo o Estado do Paraná.

7.4.2.3 Inclusão de manutenções preventivas gratuitas nos primeiros 24 meses de utilização.

7.4.2.4 Disponibilidade de revisões periódicas conforme recomendações do fabricante, garantida pela rede autorizada.

7.4.3 Documentação e Regularização

7.4.3.1 O veículo deverá ser entregue devidamente emplacado, com todos os tributos e taxas pagos.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

7.4.3.2 Entrega de manual do proprietário e do certificado de garantia, devidamente preenchido.

7.4.3.3 Certificado de registro e licenciamento veicular (CRLV) atualizado.

7.4.3.4 Nota fiscal com detalhamento dos itens adquiridos.

7.4.4 Prazo de Entrega

Entrega em até 60 dias corridos a partir da assinatura do contrato.

8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Conforme o inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da IN 40/2020), este estudo deve identificar se o objeto é composto por itens divisíveis ou não, de acordo com suas características técnicas e peculiaridades de comercialização no mercado.

8.1 Análise da Possibilidade de Parcelamento

No presente Estudo Técnico Preliminar, a análise do objeto demonstra que **é possível o parcelamento da contratação, embora não obrigatório**, a depender da estratégia que se revele mais vantajosa para o CREFITO-8. A divisão do objeto decorre da existência de duas demandas distintas, embora relacionadas: (i) a necessidade de gestão de viagens institucionais (agenciamento de passagens, hospedagens e locações de veículos) e (ii) a necessidade de disponibilização de transporte terrestre institucional (para deslocamentos dentro do Estado do Paraná e proximidades).

8.2 Possibilidades de Parcelamento Identificadas

Considerando o apresentado no tópico anterior, o Conselho poderá adotar um dos caminhos a seguir:

8.2.1 A contratação de uma solução integrada, que atenda simultaneamente ambas as demandas no mesmo contrato, conforme apresentado nas opções 5.1 (Empresa Especializada) e 5.2 (Plataforma Digital de Autoagendamento);
ou

8.2.1 O parcelamento do objeto, contratando, além de uma das duas opções apresentadas acima, uma solução específica para o transporte terrestre



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

(opções 5.3 ou 5.4), de forma independente da solução de agenciamento de viagens.

8.3 Parcerias e Integrações

8.3.1 Independentemente de optar por dividir ou não o objeto, a **solução principal** escolhida poderá, a seu critério, **estabelecer parcerias estratégicas** com companhias aéreas, redes hoteleiras ou empresas de aluguel de veículos, desde que essas parcerias resultem em benefícios para a administração pública, sem gerar custos adicionais para o CREFITO-8.

8.3.2 A eventual existência de acordos com fornecedores específicos não poderá comprometer a ampla concorrência ou limitar as opções de escolha mais vantajosas para o Conselho.

8.4 Conclusão

Diante da análise realizada, conclui-se que:

8.4.1. O objeto é tecnicamente divisível, uma vez que envolve duas demandas distintas, permitindo, caso necessário, a contratação de soluções específicas para transporte terrestre institucional e para agenciamento de viagens.

8.4.2. A adoção de uma solução integrada, que atenda a ambas as necessidades em um único contrato, configura-se como alternativa preferencial, especialmente no que diz respeito à centralização da gestão, otimização administrativa e maior eficiência na execução dos serviços.

8.4.3. O parcelamento do objeto é viável, sem prejuízo à eficiência ou à qualidade da execução dos serviços.

8.4.4. A escolha entre a contratação integrada ou parcelada deverá ser orientada pela melhor estratégia deliberada pela Diretoria do CREFITO-8, considerando os objetivos institucionais e a conveniência administrativa.

8.4.5. Independentemente da alternativa escolhida, a solução principal poderá estabelecer parcerias estratégicas com fornecedores do mercado, tais como companhias aéreas, redes hoteleiras ou locadoras de veículos, desde que essas parcerias resultem em benefícios para a administração pública e não comprometam a ampla concorrência.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Conforme disposto no artigo 18, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021 e no artigo 7º, inciso VIII, da Instrução Normativa SEGES nº 40/2020, esta seção apresenta os resultados que o CREFITO-8 busca alcançar com a contratação objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

9.1 Resultados Operacionais Pretendidos

9.1.1 Implementar uma solução integrada e eficiente para o atendimento das necessidades de mobilidade institucional do Conselho, abrangendo tanto o transporte terrestre quanto a gestão de viagens nacionais.

9.1.2 Assegurar o acesso a serviços de transporte terrestre de qualidade, com veículos em excelente estado de conservação, motoristas qualificados e disponibilidade conforme a demanda institucional.

9.1.3 Disponibilizar sistema eficaz de agenciamento de viagens, contemplando cotação, reserva, emissão e remarcação de passagens aéreas e rodoviárias, bem como intermediação de hospedagens e locações de veículos.

9.1.4 Reduzir o tempo e a carga de trabalho da equipe administrativa interna na organização de deslocamentos institucionais, liberando recursos humanos para atividades estratégicas.

9.1.5 Ampliar a previsibilidade e o controle sobre os deslocamentos institucionais, por meio de sistemas de gestão de viagens e emissão de relatórios gerenciais periódicos.

9.2 Resultados Econômicos Pretendidos

9.2.1 Promover a redução dos custos totais relacionados aos deslocamentos institucionais, por meio da busca de tarifas promocionais, da negociação corporativa e da racionalização das operações de transporte.

9.2.2 Minimizar despesas administrativas internas associadas à gestão logística de viagens, otimizando o uso dos recursos públicos.

9.2.3 Maximizar o custo-benefício das soluções contratadas, com eficiência na aplicação dos recursos orçamentários e melhoria do retorno institucional dos deslocamentos.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

9.3 Resultados Estratégicos Pretendidos

9.3.1 Fortalecer a capacidade institucional do CREFITO-8 de atuar de forma descentralizada, com maior presença em ações, eventos e articulações de interesse público e profissional.

9.3.2 Garantir a continuidade das atividades representativas, administrativas e estratégicas do Conselho, independentemente da localização geográfica dos eventos ou reuniões.

9.3.3 Adequar o funcionamento logístico do CREFITO-8 às boas práticas de gestão pública, alinhando-se aos princípios da eficiência, economicidade e transparência previstos na legislação vigente.

9.4 Redução de Riscos Pretendida

9.4.1 Reduzir os riscos de atrasos, cancelamentos e falhas na organização de deslocamentos institucionais, garantindo a disponibilidade contínua dos meios de transporte e suporte em viagens.

9.4.2 Mitigar os riscos de desperdício de recursos públicos, assegurando que todas as contratações para transporte e viagens estejam amparadas por critérios técnicos de economicidade e eficiência.

9.4.3 Minimizar a dependência de ações emergenciais e improvisadas na gestão de deslocamentos, reduzindo a exposição do Conselho a riscos de não comparecimento a eventos ou de perdas de prazos institucionais importantes.

9.4.4 Assegurar que as obrigações contratuais sejam bem definidas, monitoradas e passíveis de fiscalização, de modo a prevenir o descumprimento de prazos, padrões de qualidade ou indisponibilidade de serviços contratados.

10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Conforme disposto no artigo 18, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021 e no artigo 7º, inciso IX, da Instrução Normativa SEGES nº 40/2020, este tópico apresenta as providências que devem ser adotadas antes da formalização da contratação, a fim de garantir a adequação jurídica, técnica e administrativa do processo.

10.1 Capacitação dos Servidores



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

10.1.1 Realizar treinamentos específicos para os servidores que atuarão na gestão e fiscalização do futuro contrato, abrangendo:

10.1.1.1 Processos de contratação de agenciamento de viagens e de transporte terrestre institucional;

10.1.1.2 Uso de ferramentas de controle e monitoramento de viagens e deslocamentos terrestres;

10.1.1.3 Conhecimento das obrigações contratuais, procedimentos internos de solicitação e aprovação de deslocamentos;

10.1.1.4 Atualização sobre a legislação vigente e regulamentações internas aplicáveis, garantindo que todos compreendam suas atribuições e responsabilidades.

10.2 Adequação dos Procedimentos Internos

10.2.1 Avaliar e, se necessário, promover adequações nos sistemas de gestão de deslocamentos do CREFITO-8, de modo a integrar eficientemente os processos de:

10.2.1.1 Aprovação de roteiros de viagens;

10.2.1.2 Emissão e controle de passagens e reservas de hospedagem;

10.2.1.3 Solicitação e agendamento de transporte terrestre institucional;

10.2.1.4 Controle de despesas de viagens e deslocamentos.

10.3 Integração com Normas Internas

10.3.1 Assegurar que o contrato a ser firmado esteja em conformidade com as normas e regulamentos internos do CREFITO-8, especialmente aqueles relacionados à concessão de passagens, diárias e deslocamentos institucionais.

10.3.2 Incluir cláusulas que estabeleçam mecanismos de controle para garantir que os valores cobrados estejam dentro dos limites e critérios definidos pela instituição.

10.3.3 Prever cláusulas contratuais que permitam ajustes e revisões, caso haja alterações nas regulamentações internas ou na legislação aplicável que impactem a execução dos serviços contratados.

10.4 Definição dos Critérios de Monitoramento e Relatórios

10.4.1 Estabelecer indicadores de desempenho específicos para a avaliação contínua da qualidade dos serviços prestados, tais como:



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

10.4.1.1 Pontualidade no fornecimento de passagens, reservas de hospedagem e disponibilização de transporte terrestre;

10.4.1.2 Conformidade com os requisitos de deslocamento estabelecidos;

10.4.1.3 Transparência e precisão na cobrança de custos e na apresentação dos relatórios de viagens e deslocamentos.

10.4.2 Desenvolver um plano de ação para monitoramento dos indicadores, garantindo a detecção e correção tempestiva de eventuais falhas ou desvios de desempenho.

10.5 Configuração dos Meios de Atendimento

10.5.1 Exigir da empresa contratada a disponibilização de canais de atendimento adequados aos usuários internos do CREFITO-8, incluindo:

10.5.1.1 Ferramenta de autoagendamento de viagens e transporte terrestre, quando aplicável;

10.5.1.2 Canais de atendimento via telefone, e-mail e aplicativos de mensagens instantâneas (como WhatsApp), para suporte remoto e emergencial.

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Este ponto analisa a existência de contratações correlatas e/ou interdependentes que possam impactar o planejamento e a execução do objeto contratado, conforme o inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21. O objetivo é verificar se há contratações em andamento que exijam atenção especial ou que possam influenciar o cronograma da futura contratação.

11.1 Análise de Contratações Vigentes

11.1.1 Após análise dos contratos ativos no âmbito do CREFITO-8, **não foram identificadas contratações vigentes com objeto semelhante** ao desta solução de agenciamento de viagens e transporte terrestre institucional.

11.1.2 Assim, a presente contratação **não apresenta risco de sobreposição** com acordos anteriores ou necessidade de ajustes para compatibilização com contratos existentes, sendo necessário apenas um ajuste da prestação de serviços para que



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ
não haja duplicidade em relação às passagens aéreas e rodoviárias já adquiridas pelo Conselho para o ano de 2025.

11.2 Interdependência com Outros Serviços

11.2.1 Embora a contratação não dependa diretamente de outro contrato em vigor, a solução escolhida deverá integrar-se às rotinas administrativas do CREFITO-8, especialmente no que se refere ao planejamento e à execução de viagens institucionais.

11.2.2 O contrato deverá prever a possibilidade de ajustes operacionais para compatibilização com normas internas e fluxos administrativos do CREFITO-8, garantindo alinhamento com as diretrizes institucionais e evitando impactos na rotina dos usuários do serviço.

12 – IMPACTOS AMBIENTAIS

Este tópico descreve possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.

12.1 Análise dos Impactos Ambientais Relacionados ao Objeto

A contratação de serviços de agenciamento de viagens e transporte terrestre institucional pode gerar impactos ambientais indiretos relacionados ao consumo de combustíveis fósseis, à emissão de gases de efeito estufa e ao uso de recursos materiais em processos administrativos.

12.2 Medidas de Mitigação dos Impactos

12.2.1 Priorização de fornecedores que adotem práticas sustentáveis, tais como a utilização de veículos com tecnologia de eficiência energética, manutenção preventiva periódica e programas de compensação de emissões de carbono.

12.2.2 Incentivo à escolha de companhias aéreas que possuam iniciativas de redução ou compensação de pegada de carbono, sempre que tais alternativas forem viáveis e compatíveis com o interesse público.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

12.2.3 Priorização de processos totalmente digitais para emissão de bilhetes, vouchers, reservas e demais documentos relacionados às viagens e deslocamentos, evitando a geração de resíduos sólidos.

12.3 Conclusão sobre os Impactos Ambientais

As medidas de mitigação descritas contribuem para minimizar os potenciais impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços, não havendo impedimentos sob a ótica ambiental para a realização da contratação pretendida, desde que observadas as boas práticas aqui indicadas.

13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

13.1 Com base nas informações levantadas ao longo do Estudo Técnico Preliminar e na análise das alternativas de solução disponíveis, a equipe técnica manifesta-se favorável à **contratação da solução integrada de agenciamento de viagens**, conforme apresentado na opção 5.1.

13.2 A contratação de uma **empresa especializada**, capaz de atender conjuntamente ambas as demandas institucionais, demonstra-se viável sob os aspectos técnico, operacional e orçamentário, além de alinhar-se às necessidades estratégicas do CREFITO-8 no sentido de promover maior eficiência administrativa, centralização da gestão dos deslocamentos e racionalização dos recursos públicos.

13.3 Comparativamente às demais alternativas analisadas:

13.3.1 Em relação à opção 5.2 (plataforma digital de autoagendamento), a solução integrada oferece suporte humanizado e atendimento emergencial 24 horas, enquanto a plataforma dependeria da capacidade interna do Conselho para gestão de imprevistos e exigiria significativa capacitação dos empregados.

13.3.2 Em relação à opção 5.3 (contratação à parte do transporte terrestre executivo) e à opção 5.4 (aquisição à parte de veículo próprio), a solução integrada evita a fragmentação do atendimento e elimina a necessidade de contratações complementares para gerenciar viagens, proporcionando um



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

modelo de gestão mais simplificado, eficiente e menos oneroso em termos de estrutura administrativa.

13.4 A adoção da solução integrada também elimina riscos relacionados à duplicidade de contratos, à inconsistência nos atendimentos e à sobrecarga administrativa interna, além de viabilizar ganhos em escala de contratação e maior previsibilidade de custos.

13.5 Assim, a equipe de planejamento entende que a **contratação de uma empresa especializada em agenciamento de viagens** contribuirá de forma significativa para a modernização da gestão de deslocamentos institucionais do CREFITO-8, promovendo melhores resultados para a Administração Pública e para a sociedade.

14. RESPONSÁVEIS

Documento assinado digitalmente
gov.br IZAIAS SOUSA SILVA JUNIOR
Data: 13/06/2025 14:35:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Izaias Sousa Silva Junior
Assistente Administrativo

Documento assinado digitalmente
gov.br MATHEUS DA TRINDADE VIEGAS
Data: 13/06/2025 14:13:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Matheus da Trindade Viegas
Assistente Administrativo



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026, QUE FAZEM ENTRE SI O CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO E A EMPRESA_____.

O Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região, com sede na Rua Padre Germano Mayer, 2272, Hugo Lange, CEP 80.040-170, Curitiba – PR, inscrita no CNPJ 68.576.800/0001-99, neste ato, representada por seu Presidente, Dr. Bruno Gil Aldenucci, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrito no CNPJ _____, sediado na _____, neste ato representada por (seu gerente / presidente / diretor) _____, conforme documentos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo de Licitação Administrativo SEI nº _____ e, em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato Administrativo, decorrente do Pregão Eletrônico nº 9000____/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a prestação de serviços especializados de agenciamento de viagens para atender às necessidades de deslocamento de diretores, conselheiros, colaboradores, empregados e demais representantes do CREFITO-8, abrangendo a emissão, alteração, cancelamento e reembolso de passagens aéreas nacionais e internacionais, emissão de passagens rodoviárias, intermediação de locações de veículos em caráter substitutivo (quando devidamente justificado), bem como a intermediação de hospedagem, conforme termo de referência.

1.1.1. O CREFITO-8 se reserva ao direito de contratar o quantitativo que julgar necessário, de acordo com sua necessidade, considerando que, realizará o pagamento mensalmente, com base nas transações efetivamente realizadas, devidamente comprovadas por documentação fiscal e relatórios específicos, atestados pelo fiscal de contrato.

1.1.2. A medição considerará a emissão de bilhetes de passagens, comprovantes de reserva de hospedagem e comprovantes de locação (conforme o caso), sendo obrigatória a conformidade com as cotações previamente aprovadas e com as ordens de serviço emitidas pelo CREFITO-8.

1.2.3. O regime de execução do contrato é empreitada por preço unitário.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	TAXA
1	Taxa de Agenciamento	

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente da transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência.

1.3.2. O Edital da Licitação.

1.3.3. A proposta do contratado.

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. A vigência do presente Termo será de 12 (doze) meses, da publicação do contrato, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor da taxa de agenciamento é de R\$ _____ (____), perfazendo o valor total anual de R\$ _____ (____).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 23/03/2026.

7.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no Termo de Referência:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

- 8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.1.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis;
- 8.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. As obrigações do contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificam seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6, da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As infrações e sanções administrativas e demais condições a elas referentes encontram-se definidos no Edital, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

6.2.2.1.1.01.04.03.007.002 – Conselheiros, Funcionários e Colaboradores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no sítio oficial na *Internet*, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012, bem como no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Curitiba – PR, Seção Judiciária do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Conselho Regional de Fisioterapia e
Terapia Ocupacional da 8ª Região – CREFITO-8
Bruno Gil Aldenuci
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª

2ª



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

TERMO DE PROPOSTA

Ao Departamento de Licitações e Contratos

Ref.: Pregão Eletrônico nº _____

Pelo presente instrumento, vimos apresentar nossa proposta de preços relativa ao objeto desta licitação, bem como as informações, condições da proposta e declarações exigidas no Edital do pregão citado.

1. Identificação do Licitante:

- Razão Social:
- Nome Fantasia:
- CNPJ e Inscrição Estadual:
- Endereço completo:
- Telefone, *fax*, *e-mail*:
- Banco, Agência e nº da conta-corrente:

Dados do Representante Legal, para assinar contrato:

- Nome:
- RG e CPF:
- Anexar cópia dos documentos acima e procuração.

2. Condições Gerais da Proposta:

A presente proposta é válida por 60 (sessenta) dias contados da data de sua apresentação.

3. Pelo presente, a empresa acima qualificada, por meio do signatário, que legalmente a representa, declara e garante que:

- a) Examinou cuidadosamente todo o Edital e Anexos e aceita todas as condições nele estipulados e que, ao assinar a presente declaração, renuncia ao direito de alegar discrepância de entendimento com relação ao Edital;
- b) Que cumpre plenamente as disposições normativas relativas ao trabalho do menor, contida na Lei 9.854, de 27/10/1999 e na Constituição Federal de 1988;
- c) Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para cumprimento das obrigações, objeto da presente licitação;
- d) Que sua proposta engloba todas as despesas referentes à prestação dos serviços e produtos, bem como todos os tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas, equipamentos e quaisquer outras despesas que incidam ou venham incidir sobre o objeto da licitação;
- e) Inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação.

4. Planilha de preços

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	TAXA
1	Taxa de Agenciamento	

_____, ____ de _____ de 2026.

(representante legal)
Carimbo e Assinatura